

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Tales Wendeu Placedino Gomes

**O USO DA TECNOLOGIA DIGITAL PARA A PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL E PARA O FORTALECIMENTO DA
ATIVIDADE TURÍSTICA DE PERDÕES (MG)**

Belo Horizonte
2025

Tales Wendeu Placedino Gomes

**O USO DA TECNOLOGIA DIGITAL PARA PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL E DO FORTALECIMENTO DA
ATIVIDADE TURÍSTICA DE PERDÕES (MG)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito à obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin

Belo Horizonte

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

G633u

Gomes, Tales Wendeu Placedino.

O uso da tecnologia digital para a preservação do patrimônio cultural e para o fortalecimento da atividade turística de Perdões (MG) [recurso eletrônico] / Tales Wendeu Placedino Gomes. - 2025.

1 recurso online (95 f. il.), pdf.

Orientador: Leandro Benedini Brusadin.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio cultural – Conservação e restauração – Teses. 2. Patrimônio cultural – Minas Gerais – Teses. 3. Tecnologia da informação – Teses. 4. Turismo – Teses. I. Brusadin, Leandro Benedini. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 350.85



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO **Tales Wendeu Placedino Gomes**, nº de matrícula **2023703420**, DO CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, por via remota online, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho "O USO DA TECNOLOGIA DIGITAL PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PARA O FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA DE PERDÕES (MG)", requisito para a obtenção do grau de Mestre na área interdisciplinar de concentração em "Patrimônio e Paisagem". Abrindo a sessão, o orientador professor doutor Leandro Benedini Brusadin, após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final, pediu para o aluno iniciar a apresentação do trabalho. Seguiu-se arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a comissão reuniu-se sem a presença do mestrando e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

(x) Aprovação.

() Aprovação com solicitação das revisões constantes nesta ata.

() Reprovação.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin

Escola de Arquitetura/UFMG - Orientador

Prof^a. Dr^a. Renata Maria Abrantes Baracho Porto

Escola de Arquitetura/UFMG

Prof^a. Dr^a. Lia Sipaúba Proença Brusadin

PUC Minas

Homologado pelo Colegiado do Programa dos cursos de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável:

Prof. Dr. Marco Antônio Penido de Rezende - "Ad Referendum"

Coordenador em exercício do PPG-ACPS

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Penido de Rezende, Professor do Magistério Superior**, em 17/12/2025, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Benedini Brusadin, Usuário Externo**, em 17/12/2025, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Maria Abrantes Baracho Porto, Professora do Magistério Superior**, em 18/12/2025, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lia Sipaúba Proença Brusadin, Usuário Externo**, em 19/12/2025, às 22:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4816391** e o código CRC **10A21778**.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Brasil – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Brasil – Finance Code 001.

À minha mãe, Lucimar, por ser abrigo em todos os momentos.

Ao meu irmão, Luis Gustavo, pela companhia firme e generosa.

Às minhas tias, Olga e Rosemar, por todo o carinho e cuidado ao longo da caminhada.

À memória do meu avô, Sebastião Placedino, cuja presença continua viva em tudo o que sou.

E a todos os familiares e amigos que, com afeto e confiança, caminham ao meu lado e sustentam meus voos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de força e sabedoria, agradeço por conduzir cada etapa desta trajetória com luz e discernimento, permitindo que este trabalho se concretizasse.

À minha mãe, Lucimar, e meu irmão, Luis Gustavo, pela presença constante e apoio incondicional.

À memória de meu avô, Sebastião Placedino, cuja trajetória de fé, integridade e sabedoria permanece como referência constante e inesgotável de inspiração. Estendo meus agradecimentos a todos os familiares, em especial às tias Olga e Rosemar, aos primos Layra, Isabela e Ivo, e minha cunhada, Ana Vitória, pelo apoio contínuo e pela presença afetiva ao longo dessa jornada.

Aos amigos e colegas de convivência acadêmica, que contribuíram significativamente com estímulo, partilhas e colaborações. De modo especial, agradeço aos colegas Yukie Noce, Paula Sampaio, Letícia Faria, Raquel Arruda, Viviane Braga e Ana Maria Nogueira, cujas trajetórias se entrelaçaram à minha ao longo da pós-graduação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPG-ACPS) da Escola de Arquitetura (EA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), expresso minha profunda gratidão.

Aos professores do Programa, que foram fundamentais para minha formação e amadurecimento acadêmico.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro concedido por meio de bolsa, essencial à execução desta pesquisa.

Às servidoras Cleide e Victória, da secretaria do Programa, pela amizade, atendimento eficiente e sempre cordial.

Ao professor Dr. Leandro Benedini Brusadin, meu orientador, manifesto profundo reconhecimento pela orientação rigorosa, generosa e comprometida, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa e para minha formação como pesquisador.

Por fim, agradeço à comunidade perdoense, cuja história, memória e vínculos afetivos constituíram o alicerce e a motivação deste trabalho.

[...]

“Cidade da minha infância
como te quero bem,
Nunca te esqueças de mim
Que não te esquecerei também”.

Zélia Rodrigues Steiner (Marques, 2004, p.
381).

RESUMO

A presente pesquisa investiga a interseção entre tecnologias digitais, educação patrimonial e hospitalidade na cidade de Perdões (MG), com ênfase na aplicação de QR Codes como dispositivos de mediação simbólica, entendida como significados compartilhados, memórias sociais e vínculos afetivos construídos pela comunidade. O objetivo principal consistiu em analisar como essas ferramentas digitais podem contribuir para a preservação e valorização do patrimônio cultural, ampliando o acesso à informação, promovendo a inclusão e o engajamento comunitário, bem como fortalecendo os vínculos da população local com sua própria história. Reconhece-se, contudo, que essa história é composta por múltiplas memórias, identidades e interpretações, que não devem ser homogeneizadas, mas compreendidas em sua diversidade. A proposta originou-se do entendimento de que a preservação do patrimônio cultural demanda abordagens contemporâneas, aptas a dialogar com as transformações tecnológicas e sociais em curso, especialmente em municípios de pequeno porte. Nesse contexto, os QR Codes são compreendidos não apenas como recursos informacionais, mas como ferramentas supletivas de hospitalidade virtual, que possibilitam ressignificar a experiência do patrimônio por meio de narrativas acessíveis, afetivas e inclusivas. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem híbrida, de pesquisa-ação, combinando revisão bibliográfica, levantamento documental incluindo consulta ao Livro do Tombo municipal, legislações municipais de proteção, arquivos da Prefeitura, registros do Arquivo Público Mineiro (APM) e materiais institucionais sobre o patrimônio local, pesquisa de campo, coleta de informações verbais por meio de conversas semiestruturadas e questionários aplicados a moradores e visitantes, além de conversas com agentes culturais. O trabalho propôs que o uso qualificado de tecnologias digitais pode favorecer a disseminação de informações culturais, adotando-se o conceito de educação e patrimônio em perspectiva crítica, compreendida não como transmissão institucional de conteúdos, mas como processo dialógico, participativo e comunitário de construção de sentidos sobre o patrimônio e fortalecer o turismo cultural, promovendo o pertencimento e a hospitalidade em escala local. Conclui-se que a valorização das identidades culturais, a ampliação da consciência patrimonial entre moradores e visitantes e o fortalecimento dos vínculos e afetivos com os bens culturais do município foram efetivados por meio do uso de tecnologias digitais simples e acessíveis. Tais

vínculos, contudo, não são entendidos como únicos ou homogêneos, mas como expressões de um patrimônio múltiplo, constituído por diferentes camadas de significação que coexistem, dialogam e, por vezes, se tensionam no contexto social. O estudo contribui, para o debate acerca das possibilidades de processos educativos no campo do patrimônio desvinculados da herança iluminista que historicamente buscou universalizar identidades e padronizar narrativas. Em vez disso, a abordagem adotada valoriza as memórias plurais, as representações coletivas e as práticas comunitárias de resignificação, reconhecendo o caráter múltiplo, situado e negociado do patrimônio, especialmente em sua interface com o turismo.

Palavras-Chave: Patrimônio cultural; tecnologias digitais; hospitalidade; educação patrimonial; Perdões-MG.

ABSTRACT

The present research investigates the intersection between digital technologies, heritage education, and hospitality in the city of Perdões (MG), with an emphasis on the application of QR Codes as devices of symbolic mediation, understood as shared meanings, social memories, and affective bonds built by the community. The main objective was to analyze how these digital tools can contribute to the preservation and enhancement of cultural heritage by expanding access to information, promoting inclusion and community engagement, and strengthening the local population's connection with its own history. It is recognized, however, that this history is composed of multiple memories, identities, and interpretations that should not be homogenized, but rather understood in their diversity. The proposal emerged from the understanding that the preservation of cultural heritage requires contemporary approaches capable of dialoguing with ongoing technological and social transformations, especially in small municipalities. In this context, QR Codes are understood not only as informational resources but also as supplementary tools of virtual hospitality, enabling the reframing of heritage experiences through accessible, affective, and inclusive narratives. Methodologically, the research adopted a hybrid action-research approach, combining a literature review, documentary analysis, including consultation of the municipal *Livro do Tombo*, local heritage protection legislation, municipal archives, records from the *Arquivo Público Mineiro* (APM), and institutional materials on local heritage fieldwork, the collection of verbal information through semi-structured conversations and questionnaires applied to residents and visitors, in addition to dialogues with cultural agents. The study proposed that the qualified use of digital technologies can support the dissemination of cultural information by adopting the concept of heritage and education from a critical perspective, understood not as the institutional transmission of content but as a dialogical, participatory, and community-based process of constructing meanings about heritage and strengthening cultural tourism, promoting belonging and hospitality at the local scale. The study concludes that the appreciation of cultural identities, the expansion of heritage awareness among residents and visitors, and the strengthening of affective bonds with the municipality's cultural assets were achieved through the use of simple and accessible digital technologies. Such bonds, however, are not understood as singular or homogeneous, but as expressions of a multiple heritage composed of different layers of meaning that coexist, interact,

and at times generate tension within the social context. The research contributes to the debate on the possibilities of educational processes in the field of heritage that move away from the Enlightenment legacy that historically sought to universalize identities and standardize narratives. Instead, the adopted approach values plural memories, collective representations, and community practices of re-signification, recognizing the multiple, situated, and negotiated character of heritage, especially in its interface with tourism.

Keywords: Cultural heritage; digital technologies; hospitality; heritage education; Perdões-MG.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Interseções conceituais.....	24
Figura 2 – <i>Framework</i>	27
Figura 3 – Interseção entre tecnologia digital, educação patrimonial e hospitalidade.....	55
Figura 4 – Mapa de acessos ao município e aos bens tombados.....	57
Figura 5 – Mapa dos patrimônios culturais.....	59
Figura 6 – <i>Hall</i> de entrada Igreja N. Sra. do Rosário.....	64
Figura 7 – Nave central da Igreja N. Sra. do Rosário.....	64
Figura 8 – Altar da Igreja N. Sra. do Rosário.....	65
Figura 9 – Nave lateral direita da Igreja N. Sra. do Rosário	65
Figura 10 – Nave lateral esquerda da Igreja N. Sra. do Rosário	66
Figura 11 – Mezanino da Igreja N. Sra. do Rosário	66
Figura 12 – <i>Tour</i> virtual na plataforma com inserção de textos explicativos	67
Figura 13 – <i>Tour</i> virtual na plataforma com inserção de textos explicativos	68
Figura 14 – <i>QR Code Tour</i> Virtual Igreja Nossa Senhora do Rosário	69
Gráfico 1 – Perfil dos participantes.....	74
Gráfico 2 – Usabilidade da ferramenta.....	75
Gráfico 3 – Tecnologia digital como ponte para Educação Patrimonial	76
Gráfico 4 – Interesse e replicabilidade	76
Gráfico 5 – Tecnologia digital face a valorização do Patrimônio Cultural	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	Arquivo Público Mineiro
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EA	Escola de Arquitetura
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PPG-ACPS	Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Secult	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais
TBC	Turismo de Base Comunitária
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 PROBLEMÁTICAS E OBJETIVOS	21
1.1.1 Problemáticas	21
1.1.2 Objetivo geral	21
1.1.3 Objetivos específicos	21
1.2 JUSTIFICATIVA	22
1.3 METODOLOGIA	25
1.3.1 Caracterização geral	25
1.3.2 Plano de amostragem	25
1.3.3 Coleta de dados	26
1.3.4 Apuração e análise de dados	30
1.4 HIPÓTESE	30
2 A RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO	41
2.1 CONCEITOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	41
2.2 O PAPEL DO TURISMO NA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO	47
2.3 HOSPITALIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL: ELOS POSSÍVEIS	49
2.4 PATRIMÔNIO AFETIVO E VÍNCULOS SIMBÓLICOS COM O TERRITÓRIO	53
3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA PRESERVAÇÃO	32
3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PROBLEMÁTICAS E POSSIBILIDADES	32
3.2 TECNOLOGIAS DIGITAIS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	35
3.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL UTILIZANDO TECNOLOGIAS DIGITAIS	37
4 PERDÕES E SUA CULTURA	56
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO, TERRITORIAL E CULTURAL DE PERDÕES-MG	56
4.2 IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	60
4.2.1 Etapas de implementação da mediação digital: <i>QR Code</i> e <i>tour virtual</i>	62
4.3 RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS	69
4.3.1 A percepção dos agentes públicos do patrimônio em Perdões (MG)	69
4.3.2 Questionário com perdoenses e turistas	74
4.3.3 Convergência entre gestão pública e percepções populares sobre o patrimônio e o uso de tecnologias digitais	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83

REFERÊNCIAS	86
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ONLINE	93
ANEXO A – TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM.....	95

1 INTRODUÇÃO

Toda cidade constitui-se por histórias e memórias que moldam o cotidiano de seus habitantes e definem suas identidades coletivas. Essas narrativas, quando reconhecidas, valorizadas e socialmente apropriadas, concretizam-se nos bens culturais e conformam aquilo que se entende por patrimônio cultural, entendido neste trabalho, como uma construção intersubjetiva, simbólica e política (Castriota, 2009; Brusadin, 2015). Sua preservação, portanto, depende não apenas de ações institucionais, como aquelas presentes em práticas educativas tradicionais, nas quais ocorre a “[...] reprodução do discurso autorizado sobre o patrimônio como algo já dado pelo Estado” (Scifoni, 2022, p. 10), mas, sobretudo, do engajamento ativo da comunidade e da mobilização de sentidos que reforcem vínculos afetivos com o território, pois “[...] a salvaguarda de um bem material ou imaterial só tem sentido se esse patrimônio for reconhecido pela comunidade, se estiver relacionado ao sentimento de pertença desse grupo e incluso na sua dinâmica sociocultural” (Pelegri, 2008, p. 149).

Minas Gerais, estado consolidado como referência nacional na preservação e conservação do patrimônio cultural (Iepha, 2025), abriga diversos bens tombados reconhecidos em âmbito nacional e internacional, incluindo aqueles classificados como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Nesse cenário, o turismo cultural desponta como vetor estratégico de valorização simbólica e desenvolvimento local, representando aproximadamente 36% das visitas a lazer no estado, motivadas pelo interesse em experiências histórico-culturais (Secult-Mg, 2023). Inserida nesse contexto, a cidade de Perdões, situada no Sul de Minas Gerais, destaca-se por sua diversidade de bens materiais e imateriais, como edificações coloniais e neoclássicas, festividades religiosas e expressões culturais tradicionais, entre as quais se destacam: a Folia de Reis, o Coral do Congo e a Congada, que configuram um patrimônio vivo, carregado de significados e afetos coletivos (Gomes *et al.*, 2022).

Contudo, a valorização desse acervo não se restringe à conservação física dos bens. Ela abrange também práticas de mediação, processos educativos, dispositivos de comunicação e estratégias de participação social. Compreender a relação entre patrimônio, memória e comunidade exige, portanto, uma abordagem integradora que

articule políticas culturais, turismo e hospitalidade. É nesse contexto que se destaca a interseção entre tecnologias digitais, educação patrimonial e turismo cultural, ao transformar o modo como os sujeitos acessam, compreendem e se conectam com os bens patrimoniais. Tais tecnologias ampliam as possibilidades de ressignificação dos lugares de memória (Dutra E Porto, 2020). Isso porque “a memória viva implica uma memória suportada em mídias que é protegida por portadores materiais como monumentos, memoriais, museus e arquivos” (Assmann, 2011, p. 19). Conforme ressalta Motta (2021): “Os bens culturais, em sua versão digital, tornam-se modulares, podendo ser remixados e instaurar formas diversas de apropriação cultural” (Motta, 2021, p. 21).

Ferramentas como os *QR Codes*, quando inseridas nos territórios com intencionalidade educativa e sensibilidade cultural, atuam como dispositivos de hospitalidade virtual, expressão que remete à capacidade das tecnologias de acolher o visitante, proporcionar presença simbólica e estabelecer pontes comunicacionais no espaço e no tempo. Ademais, tais tecnologias podem viabilizar o acesso à informação em locais desprovidos de mediação humana constante, promovendo inclusão e acessibilidade, não apenas física, mas também informacional e simbólica (Pinheiro, 2021).

A presente pesquisa parte da seguinte problemática: de que maneira a aplicação de QR Codes pode contribuir para a preservação e valorização do patrimônio cultural de Perdões-MG? Quais os impactos dessa tecnologia na educação patrimonial, na experiência turística e no engajamento comunitário? E, sobretudo, como essas estratégias digitais podem ressignificar as relações simbólicas entre moradores, visitantes e os bens patrimoniais, promovendo memórias compartilhadas e fortalecendo o sentimento de pertencimento em Perdões (MG)?

A relevância deste estudo fundamenta-se na urgência de desenvolver abordagens contemporâneas, acessíveis e participativas para o fortalecimento da cultura e da memória social em cidades de pequeno porte, marcadas, em muitos casos, pela ausência de políticas patrimoniais consolidadas, pela precariedade técnica e pela invisibilidade das narrativas locais. O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), aliado a princípios de hospitalidade, participação e educação

crítica, oferece caminhos para a democratização do patrimônio e o empoderamento simbólico das comunidades (Sampaio, Assis E Santos, 2025). Como apontam Castro e Baracho Porto (2020), as tecnologias digitais podem criar pontes entre sujeitos, territórios e temporalidades, promovendo acessibilidade e engajamento em torno do patrimônio cultural nas conexões virtuais. Para tanto, a abordagem interdisciplinar aplicada ao patrimônio revela-se essencial, conforme enfatiza esta dissertação.

A natureza interdisciplinar do estudo permite articular referenciais da arquitetura e urbanismo, teorias do patrimônio cultural, estudos de educação, turismo cultural, comunicação e hospitalidade. A partir dessa convergência, constrói-se uma compreensão ampliada das práticas de mediação patrimonial, capaz de integrar dimensões materiais e imateriais, afetivas e tecnológicas, individuais e coletivas.

A Educação patrimonial crítica é entendida não como a transmissão verticalizada de conteúdos ou como ação normativa do Estado sobre o que deve ser lembrado ou valorizado. Em vez disso, assume um caráter dialógico, reflexivo e participativo, que busca problematizar as narrativas hegemônicas, reconhecer disputas de memória, valorizar práticas comunitárias e estimular o protagonismo local na construção de significados. Trata-se de uma abordagem que rejeita a herança iluminista e homogênea da educação patrimonial tradicional, promovendo processos formativos abertos, plurais e negociados,

Ao eleger o município de Perdões como estudo de caso, a pesquisa reconhece seu potencial como laboratório vivo para a implementação de estratégias digitais de valorização patrimonial, fundamentando-se na escuta da comunidade e na experimentação de práticas. A presença de bens tombados, a memória oral ativa, os vínculos afetivos com o território e a disposição institucional ao diálogo tornam o município um cenário propício para reflexões sobre mediações simbólicas e práticas colaborativas de reconhecimento patrimonial (Scifoni, 2022).

1.1 PROBLEMÁTICAS E OBJETIVOS

1.1.1 Problemáticas

A seguir, relaciona-se as problemáticas propostas para esta pesquisa que estão entrelaçadas com os objetivos a seguir:

- a) de que maneira a inserção de *QR Codes* em bens culturais pode contribuir para a preservação participativa e a valorização simbólica e afetiva do patrimônio cultural de Perdões-MG?
- b) Quais os efeitos da mediação digital, por meio de *QR Codes*, no engajamento da comunidade local, especialmente no que se refere à educação patrimonial crítica e à ressignificação do vínculo identitário com o patrimônio em Perdões?
- c) Como a digitalização do patrimônio, associada à hospitalidade virtual, pode favorecer práticas de turismo cultural inclusivo, ampliando a acessibilidade e promovendo experiências significativas para moradores e visitantes de Perdões-MG?

1.1.2 Objetivo geral

Como objetivo geral desta dissertação, têm-se de analisar a relação entre patrimônio cultural e turismo na cidade de Perdões-MG, destacando o papel das tecnologias digitais e da educação patrimonial crítica na preservação, valorização simbólica e mediação dos bens culturais, como forma de fortalecer os vínculos afetivos e sociais da comunidade com sua própria história e identidade.

1.1.3 Objetivos específicos

A fim de cumprir o objetivo geral proposto, sugere-se os seguintes objetivos específicos:

- a) investigar o papel do turismo cultural na valorização simbólica, econômica e social do patrimônio em cidades de pequeno porte;

- b) analisar a utilização de tecnologias digitais, especialmente os *QR Codes*, como ferramentas de mediação patrimonial, inclusão e hospitalidade virtual no contexto de Perdões-MG;
- c) desenvolver e aplicar um estudo de caso sobre um bem cultural específico, avaliando os impactos da implementação de *QR Codes* na preservação participativa, na ressignificação da memória local e no engajamento comunitário e turístico.

1.2 JUSTIFICATIVA

A preservação do patrimônio cultural revela-se fundamental para a manutenção da diversidade histórica, simbólica e identitária das sociedades. Contudo, tal processo transcende a mera salvaguarda física dos bens materiais, abrangendo a valorização das memórias coletivas, o reconhecimento da pluralidade de narrativas e a construção de vínculos sociais e afetivos entre os sujeitos e seus territórios. Conforme ressalta Castriota (2009), o patrimônio constitui-se como uma construção intersubjetiva e simbólica, resultante de disputas de sentido e negociações culturais. Dessa forma, refletir sobre sua preservação requer uma abordagem integrada, sensível à dinâmica social e aberta à escuta das distintas vozes que compõem o tecido urbano e cultural.

Nesse contexto, o turismo cultural, quando articulado à educação patrimonial crítica e às tecnologias digitais, configura-se como instrumento de mediação, promovendo o acesso democrático à cultura, o engajamento comunitário e o fortalecimento do sentimento de pertencimento. É na interseção entre educação, turismo e patrimônio que emergem os dispositivos mais eficazes para a valorização simbólica do território, desde que seja respeitada a diversidade de olhares e significados atribuídos aos bens culturais (Melo; Cardozo, 2015). Ademais, esta dissertação incorpora o elemento da hospitalidade como possibilidade de acolhimento do outro na lógica patrimonial urbana.

A escolha do município de Perdões-MG como objeto de estudo justifica-se por múltiplos fatores. Trata-se de uma cidade de pequeno porte, situada no Sul de Minas Gerais, que abriga um expressivo conjunto de bens culturais materiais e imateriais, tais como, construções de valor histórico e manifestações tradicionais, como a Folia

de Reis, a Congada e o Coral do Congo, mas que ainda enfrenta desafios relacionados à visibilidade patrimonial, ao engajamento da população e à adoção de estratégias contemporâneas de valorização. Ademais, sua estrutura institucional, com conselho de patrimônio atuante e abertura à participação social, bem como sua acessibilidade territorial, favorecem a realização de uma pesquisa empírica sensível e situada, com envolvimento direto da comunidade, de gestores culturais e de visitantes.

A cidade de Perdões, portanto, apresenta-se como território propício à experimentação de ferramentas inovadoras e de baixo custo, como os QR Codes, inseridas em práticas de mediação patrimonial participativas, acessíveis e inclusivas. Tal escolha se justifica, ainda, pelo acesso do presente pesquisador à localidade. Nesse cenário, o uso de tecnologias digitais extrapola a mera disponibilização de informações: constitui uma forma contemporânea de hospitalidade, que acolhe o visitante, media sua experiência e permite que moradores e turistas revisitem a história local por meio de narrativas interativas e afetivas. Conforme argumentam Castro e Baracho Porto (2020), a relação entre cidades inteligentes e patrimônio cultural pressupõe a construção de pontes comunicacionais e o fortalecimento da cidadania digital como forma de ampliação do acesso e da participação.

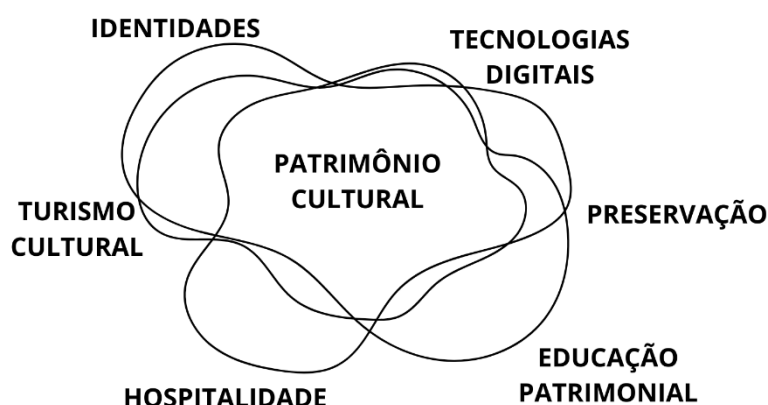
Tais perspectivas estão em consonância com o entendimento de Scifoni (2022), segundo o qual a educação patrimonial, quando desvinculada de discursos hegemônicos e aberta ao reconhecimento das memórias plurais, configura-se como um espaço de escuta, disputa e ressignificação. A incorporação desses princípios no uso das tecnologias representa um passo essencial para a superação de modelos elitistas de patrimonialização e para o desenvolvimento de práticas educativas, turísticas e culturais mais dialógicas.

A presente pesquisa justifica-se, portanto, por sua relevância teórico-prática, ao articular conceitos-chave como patrimônio afetivo, hospitalidade virtual e mediação tecnológica, bem como por sua contribuição ao campo da preservação cultural em cidades de pequeno porte. Ao propor a aplicação e análise de QR Codes em bens culturais da cidade de Perdões, este trabalho busca oferecer subsídios para a formulação de estratégias de valorização patrimonial, fundamentadas em

comunicação acessível, educação sensível e fortalecimento dos vínculos entre pessoas, territórios e memórias.

Reconhece-se, contudo, que as tecnologias digitais não substituem as interações humanas na produção de sentidos sobre o patrimônio. Seu papel é ampliador, não determinante. Os significados atribuídos aos bens culturais permanecem situados nas experiências sociais e afetivas dos sujeitos, escapando ao controle total das ferramentas digitais. Embora a hospitalidade virtual amplie o acesso e ofereça acolhimento informacional, ela possui limites evidentes: não substitui a presença física, os rituais comunitários, o olhar compartilhado ou as experiências sensoriais do lugar. Funciona como mediação complementar, que aproxima, mas não esgota as múltiplas formas de viver e experienciar o patrimônio.

Figura 1 – Interseções conceituais



Fonte: Elaborado pelo autor *por meio do Canva*, 2025.

A Figura 1 explicita as interseções conceituais que estruturam esta pesquisa, apresentando de maneira visual as conexões entre Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, Tecnologias Digitais, Turismo Cultural, Hospitalidade, Identidades e Preservação, evidenciando, assim, a complexidade multidisciplinar necessária para compreender e fortalecer os processos de valorização patrimonial. Assim, a imagem demonstra que o patrimônio cultural, compreendido em sua acepção ampliada, é atravessado simultaneamente por dimensões sociais, tecnológicas, educativas e

afetivas, todas imprescindíveis para a compreensão de sua preservação e de seu papel na construção do pertencimento comunitário.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta dissertação consiste na pesquisa-ação (Tripp, 2005), de natureza qualitativa, exploratória e aplicada, com ênfase na análise interdisciplinar do patrimônio cultural em sua interface com o turismo, a educação patrimonial crítica e as tecnologias digitais. A pesquisa foi organizada em três etapas principais: 1) revisão teórica e análise documental; 2) pesquisa de campo com aplicação de instrumentos de coleta de dados para a elaboração de produto técnico-científico a partir dos resultados das informações verbais; e 3) desenvolvimento e aplicação experimental de um protótipo de mediação patrimonial utilizando *QR Code* em um bem cultural localizado no município de Perdões-MG.

1.3.1 Caracterização geral

A pesquisa-ação apresenta caráter exploratório, descritivo e aplicado, com viés experimental e interdisciplinar. O município de Perdões-MG foi selecionado em razão de sua densidade simbólica, disponibilidade institucional e viabilidade técnica para a implementação de práticas experimentais de mediação patrimonial. O estudo adota como recorte empírico a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, bem tombado e de elevado valor identitário para a população local. A experiência foi estruturada mediante a implementação de um protótipo de mediação digital por meio de *QR Code*, integrado a uma plataforma de tour virtual, acompanhado por instrumentos avaliativos que possibilitaram mensurar seu impacto na percepção, apropriação e engajamento dos moradores e visitantes com o patrimônio.

1.3.2 Plano de amostragem

Realizou-se uma pesquisa de dados bibliográficos sobre a cidade de Perdões-MG em documentos que subsidiam a compreensão de sua história; levantamento de dados; aplicação de questionário para identificar quais bens culturais são efetivamente (re)conhecidos e valorizados no município; e estudos de casos já utilizados em outras

idades referentes à utilização de tecnologias digitais para preservação. Adotou-se um modelo de amostragem não probabilística, aleatória acidental (Laville; Dionne, 1999), contemplando dois grupos distintos:

- a) moradores de Perdões-MG, com ou sem vínculo direto com o patrimônio local, abordados por meio de questionários estruturados e participativos;
- b) agentes culturais convidados a participar de questionários, contribuindo com suas visões sobre o uso das tecnologias digitais no patrimônio.

É relevante destacar que os participantes da pesquisa permaneceram não identificados, sendo situados de forma aleatória no estudo. O critério de inclusão foi a proximidade geográfica, afetiva ou institucional com o bem cultural em questão. A delimitação da amostra foi ajustada conforme a saturação dos dados e a dinâmica do processo de coleta. Os participantes foram estudados com o objetivo de gerar produto técnico-científico a partir dos resultados das informações verbais e dos dados coletados por meio de questionários aplicados via *Google Forms*. Os questionários referentes aos agentes culturais não foram inseridos nos apêndices, visando assegurar a proteção e privacidade desses indivíduos.

1.3.3 Coleta de dados

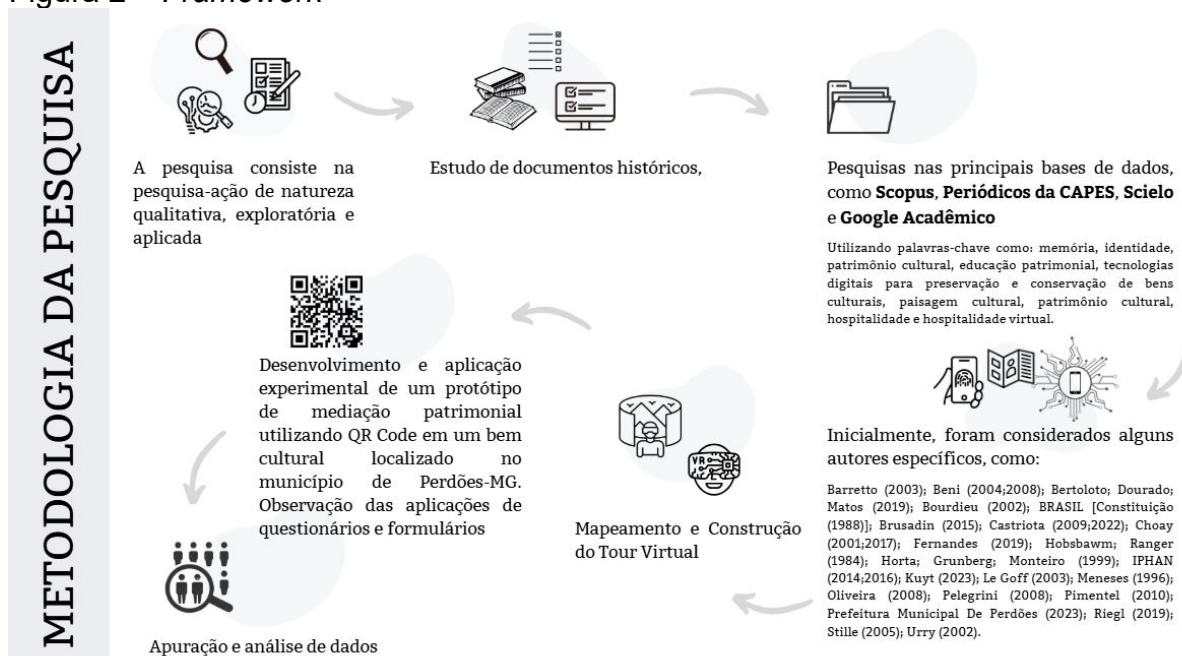
A coleta de dados foi realizada em três frentes complementares. 1) Revisão documental, que envolveu o levantamento e análise de documentos históricos da cidade de Perdões, fundamentando-se em fontes como livro do tombo, legislações municipais e portfólios institucionais, a fim de reconstruir o percurso histórico do bem estudado e contextualizar as práticas de preservação local.

2) Pesquisa bibliográfica, responsável pela fundamentação teórica interdisciplinar, baseada em autores específicos, tais como, Barretto (2003); Beni (2004); Bertoloto, Dourado e Matos (2019); Bourdieu (2002); Brasil (1988); Brusadin (2015); Camargo (2002; 2021); Castriota (2009; 2022); Choay (2011); Fernandes (2019); Hobsbawm e Ranger (1984); Horta, Grunberg e Monteiro (1999); Iphan (2014; 2016); Meneses (1996); Oliveira (2008); Pelegrini (2008); Pimentel (2008); Prefeitura Municipal de Perdões (2023); Riegl (2019); Urry (2002), entre outros. As referências bibliográficas

utilizadas incluem livros, artigos acadêmicos, dissertações e teses, que fundamentam o estudo interdisciplinar do patrimônio cultural e das tecnologias digitais, em sua relação com a memória, a paisagem cultural, o turismo e a hospitalidade. Para tanto, foram realizadas pesquisas nas principais bases de dados, como *Scopus*, *Periódicos da Capes*, *SciELO* e *Google Acadêmico*, utilizando palavras-chave como “memória”, “identidade”, “patrimônio cultural”, “educação patrimonial”, “tecnologias digitais para preservação”, “paisagem cultural”, “patrimônio cultural”, “hospitalidade” e “hospitalidade virtual”.

3) Pesquisa de campo, na qual foi empregada a combinação de questionários estruturados¹ e conversas semiestruturadas, observando rigorosamente os princípios éticos de pesquisa com seres humanos e os protocolos de consentimento livre e esclarecido. Também foi realizado o registro fotográfico e digital da experiência com o tour virtual, com posterior inserção dos dados na plataforma digital “Meu Passeio Virtual” e subsequente análise.

Figura 2 – *Framework*



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Canva*, 2025.

¹ Verificar Apêndice A (p. 93-94).

A Figura 2 posiciona a metodologia da pesquisa ao identificar, de maneira estruturada, as etapas essenciais para o desenvolvimento deste estudo. Inicialmente, destaca-se o caráter de pesquisa-ação, assim como sua natureza qualitativa, exploratória e aplicada, seguido pela análise de documentos históricos, observação e coleta de informações verbais provenientes de agentes culturais e cidadãos perdoenses, além de pesquisas em bases de dados utilizando palavras-chave em consonância com as relações temáticas.

Na sequência, apresenta-se o Quadro 1, no qual se encontra a Matriz de Amarração Teórica da pesquisa, organizada de modo a evidenciar a articulação entre os elementos centrais do projeto. Essa matriz tem como objetivo demonstrar, de forma sistemática, como cada objetivo da investigação se relaciona com variáveis específicas, fundamentando-se em autores de referência e orientando a seleção dos procedimentos de coleta e análise de dados. Trata-se, portanto, de um instrumento de síntese e coerência interna, que possibilita visualizar a lógica estrutural da pesquisa e a integração entre teoria, metodologia e prática investigativa.

Quadro 1 - Matriz de amarração teórica distribuída conforme os elementos do projeto e variáveis da pesquisa

HIPÓTESE	OBJETIVOS	PROBLEMAS	ORIGEM DOS DADOS	CATEGORIA	REFERENCIAL TEÓRICO
A implementação de tecnologias digitais de mediação, como os QR Codes, pode contribuir significativamente para a preservação simbólica, a valorização social e o fortalecimento da hospitalidade virtual em torno do patrimônio cultural de cidades de pequeno porte, como Perdões-MG.	a) Investigar o papel do turismo cultural na valorização simbólica, econômica e social do patrimônio em cidades de pequeno porte;	a) De que maneira a inserção de QR Codes em bens culturais pode contribuir para a preservação participativa e a valorização simbólica e afetiva do patrimônio cultural de Perdões-MG?	Revisão Teórica	Patrimônio Cultural; Turismo Cultural; Hospitalidade; Tecnologias Digitais.	ALBAGLI (2004); ALBANO E MURTA (2002); BARRETTO (2003); BASTOS (2004); BENI (2004); BRASIL (2016); BRUSADIN (2012); BRUSADIN (2015); CASTRIOTA (2009); CHOAY (2011); CHUVA (2009); CONCEIÇÃO, PANOSSO NETTO (2022); MAUSS (2003); PIMENTEL, BARBOSA, SANSOLO, IRVING (2008); PESAVENTO (2003); RIEGL (2019); SCIFONI (2022); SMITH (2006); SPOLON, ALLIS (2008);
	b) Analisar a utilização de tecnologias digitais, especialmente os QR Codes, como ferramentas de mediação patrimonial, inclusão e hospitalidade virtual no contexto de Perdões-MG;	b) Quais os efeitos da mediação digital, por meio de QR Codes, no engajamento da comunidade local, especialmente no que se refere à educação patrimonial crítica e à ressignificação do vínculo identitário com o patrimônio em Perdões?	Revisão Teórica	Patrimônio Cultural; Educação Patrimonial; Hospitalidade; Tecnologias Digitais.	ASSMANN (2011); BASTIANI (2023); BERTOLOTTO, DOURADO, MATOS (2019); CAMARGO (2002); CASTRO, BARACHO (2020); DUTRA, PORTO (2020); HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO (1999); PELEGRINI (2008);
	c) Desenvolver e aplicar um estudo de caso sobre um bem cultural específico, avaliando os impactos da implementação de QR Codes na preservação participativa, na ressignificação da memória local e no engajamento comunitário e turístico.	c) Como a digitalização do patrimônio, associada à hospitalidade virtual, pode favorecer práticas de turismo cultural inclusivo, ampliando a acessibilidade e promovendo experiências significativas para moradores e visitantes de Perdões?	Revisão Teórica, Estudo Documental; Implementação do QR Code e tour virtual Aplicação de Questionários, Coleta de informações verbais.	Patrimônio Cultural; Educação Patrimonial; Hospitalidade; Turismo Cultural; Tecnologias Digitais; Preservação.	BOURDIEU (2002); GOMES ET AL (2022); LYNCH (1960); NORA (1993); PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES (2009); PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES (2023); RAFFESTIN (1993); TUAN (1980); TUAN (1983);

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

1.3.4 Apuração e análise de dados

A análise foi conduzida com base em dois eixos complementares: análise quantitativa descritiva e análise qualitativa interpretativa. A análise quantitativa descritiva foi aplicada às respostas dos questionários, com organização em gráficos e indicadores que evidenciam o grau de compreensão, interesse e engajamento do público com o bem patrimonial mediado digitalmente. Por sua vez, a análise qualitativa interpretativa foi direcionada às informações verbais, respostas abertas e observações de campo, fundamentando-se na análise de conteúdo temática (Bardin, 2016), com o intuito de identificar representações simbólicas, memórias coletivas e percepções relativas ao uso das tecnologias digitais.

A combinação desses métodos permitiu compreender os impactos da mediação digital não apenas sob o aspecto da funcionalidade técnica, mas também na ressignificação simbólica do patrimônio, contribuindo para a validação da hipótese central da pesquisa.

1.4 HIPÓTESE

A hipótese central desta pesquisa é que a implementação de tecnologias digitais de mediação, como os *QR Codes*, pode contribuir de forma significativa para a preservação simbólica, a valorização social e o fortalecimento da hospitalidade virtual em torno do patrimônio cultural de cidades de pequeno porte, a exemplo de Perdões-MG. Parte-se do pressuposto de que tais tecnologias, ao ampliarem o acesso a narrativas históricas e culturais de modo interativo, sensível e situado, operam como instrumentos de mediação simbólica, favorecendo a criação e o fortalecimento de vínculos afetivos entre os sujeitos e os bens culturais, conforme desenvolvido no projeto de pesquisa de mestrado submetido ao PACPS – UFMG.

Compreende-se que os *QR Codes*, ao funcionarem como portais de acesso à memória e à história dos lugares, possuem o potencial de transcender o caráter meramente informativo, assumindo o papel de dispositivos de hospitalidade virtual, ao acolher o visitante por meio de experiências culturais mediadas por tecnologias

acessíveis e de baixo custo. A presença simbólica, mesmo na ausência física de um mediador, amplia o campo da hospitalidade e ressignifica a experiência patrimonial.

Supõe-se, ainda, que essa estratégia de mediação possa impulsionar práticas de educação patrimonial crítica, capazes de dialogar com as múltiplas vozes e memórias da comunidade, distanciando-se de narrativas unívocas e autorizadas, a fim de promover uma apropriação simbólica mais plural, inclusiva e participativa. Nessa perspectiva, o uso dos *QR Codes* reforça a noção de patrimônio como processo e construção intersubjetiva, sendo não apenas um objeto a ser preservado, mas um campo de disputas, afetos e identidade em constante ressignificação.

Adicionalmente, pressupõe-se que essa mediação digital possa estimular a formação de um turismo cultural mais consciente e sustentável, fundamentado na valorização da memória coletiva e dos modos de vida locais, contribuindo para o fortalecimento de práticas comunitárias e para o reconhecimento do patrimônio como bem comum, dotado de valor simbólico, afetivo e econômico.

Assim, a hipótese que orienta esta investigação sustenta que o uso qualificado das tecnologias digitais, articulado a estratégias de hospitalidade, participação e educação patrimonial crítica, pode se constituir como um caminho efetivo para tornar o patrimônio mais acessível, sensível e relevante para as novas gerações, tanto em seu valor histórico quanto em sua dimensão simbólica e social, por meio da hospitalidade virtual.

A estrutura desta dissertação está organizada da seguinte forma: o Capítulo 1 apresenta a Introdução; o Capítulo 2 trata do papel das tecnologias digitais na mediação patrimonial e na educação crítica, com ênfase na acessibilidade e inovação; a seguir, o Capítulo 3 aborda os fundamentos teóricos do patrimônio cultural em diálogo com o turismo, a hospitalidade e o pertencimento; o Capítulo 4 apresenta o estudo de caso realizado em Perdões, descrevendo a implementação dos *QR Codes* e os resultados obtidos; e, por fim, as Considerações Finais sintetizam os achados, indicando suas contribuições e sugerindo possíveis caminhos para futuras investigações.

2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA PRESERVAÇÃO

O presente capítulo aborda a articulação entre educação patrimonial e tecnologias digitais como estratégias contemporâneas voltadas para a preservação e valorização do patrimônio cultural, situando tais práticas no contexto ampliado da mediação, da memória e da hospitalidade. A análise fundamenta-se na compreensão de que a preservação, para além de procedimentos técnicos, demanda processos educativos capazes de fomentar o pertencimento, o reconhecimento das identidades e a participação comunitária.

2.1 TEORIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PROBLEMÁTICAS E POSSIBILIDADES

O conceito de educação patrimonial tem se consolidado como um dos pilares estratégicos para a preservação e valorização dos bens culturais. Trata-se de uma prática educativa que objetiva sensibilizar indivíduos e comunidades para a relevância do patrimônio, promovendo o reconhecimento de seus valores simbólicos, históricos e afetivos, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e identidades coletivas.

Mais do que a simples transmissão de conteúdos históricos ou informações técnicas, a educação patrimonial configura-se como um processo ativo e contínuo de construção do conhecimento, baseado no diálogo entre sujeitos, lugares e memórias. Conforme Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 4), “Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

Essa abordagem implica o deslocamento da perspectiva monumentalista e contemplativa do patrimônio para uma participativa e crítica, que reconhece os bens culturais como construções sociais dinâmicas, permeadas por disputas, ressignificações e múltiplos pertencimentos. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (2014), a educação patrimonial deve ocorrer em distintos espaços (formais e não formais) e envolver públicos diversos, estimulando a apropriação do patrimônio como parte integrante da vida cotidiana.

Nesse processo, como ressalta Scifoni (2022), a educação patrimonial configura-se também como um espaço de disputa simbólica e escuta ativa, no qual distintas memórias, representações e narrativas podem ser acolhidas e legitimadas. Tal perspectiva amplia a noção de patrimônio, tornando-o um campo relacional e dialógico, mais próximo do cotidiano das comunidades.

Nesse sentido, o Iphan (2016) enfatiza que os processos educativos voltados ao patrimônio devem privilegiar a construção coletiva do conhecimento, em diálogo com as comunidades detentoras das referências culturais. Conforme aponta Meneses (1996), o engajamento direto da sociedade nos processos de valorização patrimonial é fundamental para garantir sua eficácia, pois fortalece a compreensão do patrimônio como bem comum e responsabilidade compartilhada.

Assmann (2011) reforça essa dimensão ao destacar que a memória coletiva necessita de suportes materiais e simbólicos para se manter viva. Por esse motivo, a educação patrimonial deve oferecer essas mediações por meio de práticas participativas, que conectem o passado às experiências do presente e às projeções do futuro.

A participação ativa da comunidade no processo educativo é igualmente ressaltada por Bertoloto, Dourado e Matos (2019), os quais defendem uma abordagem intergeracional e territorializada da educação patrimonial. Segundo os autores:

[...] a Educação Patrimonial é uma importante ferramenta, que pode ser utilizada no processo de ensino-aprendizagem, por meio de diversas ações que os professores podem adaptar e interagir com seus alunos e com a comunidade local, propiciando o despertar do sentimento de pertencimento e a apropriação do patrimônio cultural. (Bertoloto; Dourado; Matos, 2019).

Ao promover experiências sensíveis, afetivas e corporais com os bens culturais, a educação patrimonial favorece o enraizamento simbólico dos sujeitos em seus territórios, reforçando os vínculos afetivos e a coautoria das comunidades na preservação da memória local. No entanto, é importante que a educação patrimonial mantenha efetiva relação com as memórias da comunidade local.

A prática educativa, assim, deve ser sensível às realidades locais e às especificidades culturais dos sujeitos envolvidos. Ao promover a escuta ativa, o protagonismo comunitário e a interdisciplinaridade, a educação patrimonial contribui para o fortalecimento da cidadania cultural e para a formação de sujeitos mais críticos e conscientes de seu papel na preservação da memória coletiva.

No contexto contemporâneo, caracterizado pelo acelerado avanço das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), novas possibilidades se apresentam para a mediação educativa do patrimônio. Ferramentas como QR Codes, realidade aumentada, visitas virtuais e plataformas interativas ampliam o acesso ao conhecimento, superando barreiras físicas, sociais e cognitivas, e possibilitando experiências mais dinâmicas e inclusivas.

A utilização de tecnologias digitais na educação patrimonial estimula o engajamento de diferentes perfis de público, favorecendo a imersão e a interatividade com os bens culturais. Ao aproximar a linguagem digital dos conteúdos patrimoniais, tais ferramentas promovem formas de construção de sentido, especialmente entre as novas gerações, que demandam narrativas mais conectadas aos seus repertórios simbólicos.

Nesse sentido, a educação patrimonial aliada às tecnologias deve ser concebida a partir do conceito de hospitalidade virtual, em que o visitante (presencial ou virtual) é acolhido como interlocutor legítimo das narrativas culturais, e não apenas como consumidor de informações.

A incorporação de recursos tecnológicos deve ser considerada como estratégia complementar, e não substitutiva, das práticas presenciais. Quando integradas de maneira crítica e pedagógica, essas tecnologias enriquecem o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando abordagens interdisciplinares que conectam história, geografia, artes, comunicação e cultura digital.

Em síntese, a educação patrimonial configura-se como uma prática educativa estratégica, que promove o reconhecimento do patrimônio como bem coletivo, vivo e identitário. Ao articular metodologias participativas e recursos tecnológicos, consolida-

se como instrumento para democratizar o acesso à cultura, estimular o sentimento de pertencimento e garantir a transmissão intergeracional dos saberes e memórias que constituem o tecido simbólico das sociedades, de modo que possam acolher suas histórias e daqueles que desejam conhecê-las.

No contexto desta pesquisa, que investiga o uso de QR Codes como dispositivos de mediação cultural e turística em Perdões-MG, a educação patrimonial é compreendida como eixo estruturante. A proposta consiste em demonstrar como as tecnologias digitais, quando integradas a práticas educativas sensíveis e territorializadas, podem fortalecer os vínculos entre comunidade, memória e território, promovendo uma abordagem mais afetiva, participativa e sustentável da preservação patrimonial.

2.2 TECNOLOGIAS DIGITAIS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A incorporação das tecnologias digitais no campo da preservação do patrimônio cultural tem promovido transformações profundas nas formas de documentar, preservar, interpretar e difundir os bens culturais. Tais ferramentas oferecem possibilidades para o registro técnico-científico, a mediação simbólica e a ampliação do acesso ao patrimônio, colaborando tanto para sua salvaguarda quanto para a democratização da memória e do conhecimento.

Essas tecnologias não apenas facilitam o acesso à informação, mas se configuram como dispositivos de hospitalidade virtual, acolhendo o visitante de modo simbólico e interativo. Ao mediar a relação entre sujeitos e territórios, tais recursos expandem o potencial da mediação cultural e do sentimento de pertencimento, conectando memória, afeto e experiência.

Conforme destacado por Bastiani et al (2023, p. 621), o emprego da digitalização e da realidade aumentada no patrimônio cultural não apenas auxilia na documentação de bens históricos, como também permite um engajamento mais dinâmico e interativo por parte do público. Nesse sentido, as tecnologias digitais deixam de ser meros instrumentos auxiliares, passando a atuar como mediadoras da experiência patrimonial, ampliando o vínculo entre os sujeitos e os bens culturais.

Entre os recursos mais empregados, destacam-se a digitalização em alta resolução, o escaneamento a laser 3D, a fotogrametria, a modelagem tridimensional e as reconstituições virtuais. Tais ferramentas vêm se mostrando essenciais para o registro preciso de elementos arquitetônicos, objetos museológicos e sítios históricos, formando bancos de dados visuais que subsidiam tanto ações de restauração quanto estratégias de monitoramento e gestão preventiva.

Oliveira (2008, p. 13) observa que “um dos instrumentos importantes para a preservação da memória é o seu registro iconográfico, quer pelos métodos milenares, quer pelos processos e instrumentos mais recentes que a ciência e a técnica do nosso tempo nos trouxeram”. Assim, a digitalização atua não apenas como estratégia de preservação, mas também como meio de perpetuar o valor simbólico dos bens patrimoniais, assegurando sua permanência em contextos de risco, desaparecimento ou perda material.

Outro campo de aplicação relevante refere-se à realidade aumentada, realidade virtual e às visitas imersivas em ambientes digitais. Essas tecnologias ampliam o potencial de mediação educativa, viabilizando experiências interpretativas que transcendem as limitações físicas dos espaços patrimoniais. Ao simular contextos históricos, recriar ambientes degradados ou proporcionar rotas interativas de visita, tais recursos favorecem a acessibilidade, o engajamento emocional e o fortalecimento do sentimento de pertencimento da comunidade a seus bens culturais.

Sobre esse aspecto, Pelegrini (2008) ressalta que a preservação de um bem material ou imaterial apenas se justifica se esse patrimônio for reconhecido pela comunidade, estiver relacionado ao sentimento de pertencimento desse grupo e integrado à sua dinâmica sociocultural. Assim, as tecnologias digitais não somente contribuem para a preservação física dos bens, como também reforçam sua legitimação social e vivência simbólica.

No cenário internacional e nacional, diversos projetos ilustram o potencial dinâmico dessas ferramentas. Iniciativas como a aplicação de escaneamento a laser para reconstrução virtual de catedrais destruídas (como Notre-Dame, em Paris), o uso de modelagem digital para restauração de artefatos arqueológicos e o emprego de

inteligência artificial na previsão de degradação de materiais históricos constituem exemplos representativos do avanço técnico-científico no campo do patrimônio.

O uso dessas tecnologias deve estar orientado por uma abordagem crítica e contextualizada, que considere a diversidade cultural dos territórios e evite processos de espetacularização ou apagamento de memórias subalternizadas. A mediação digital apenas se torna efetivamente educativa e democrática quando está alinhada ao protagonismo das comunidades e à escuta das múltiplas vozes que compõem o patrimônio.

No Brasil, experiências como o mapeamento digital de centros históricos, o uso de QR Codes para visitas autoguiadas e a criação de acervos virtuais por museus e institutos de memória reforçam a importância da integração entre inovação tecnológica e políticas de preservação. Tais estratégias assumem especial importância em cidades de pequeno porte, onde os recursos institucionais são limitados e a atuação da comunidade torna-se ainda mais estratégica.

Portanto, o uso das tecnologias digitais na preservação patrimonial não se limita ao aspecto técnico, mas implica uma reconfiguração epistemológica e política da relação entre sociedade, memória e território. Ao integrar inovação, educação e participação social, essas ferramentas fortalecem a dimensão pública e democrática do patrimônio cultural, tornando-o mais acessível, significativo e representativo.

A experiência de Perdões-MG, analisada nesta pesquisa, exemplifica como os QR Codes, ao serem inseridos em rotas de visitação e associados a narrativas locais, podem ampliar os sentidos de pertencimento e valorização dos bens culturais, sobretudo em cidades de pequeno porte com infraestrutura limitada.

2.3 INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL UTILIZANDO TECNOLOGIAS DIGITAIS

A integração de tecnologias digitais na educação patrimonial tem proporcionado novas formas de engajamento e disseminação do conhecimento sobre o patrimônio cultural. Aplicativos móveis, realidade virtual e plataformas online têm sido amplamente

empregados para ampliar o alcance das ações educativas, permitindo uma interação mais dinâmica e acessível. O uso de tecnologias digitais na educação patrimonial viabiliza a democratização do acesso às informações, tornando a experiência mais participativa e envolvente. Essa integração estimula a construção de vínculos identitários a partir da apropriação ativa do conhecimento sobre os bens culturais, aproximando o patrimônio das vivências cotidianas e das novas linguagens sociotécnicas.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999) ressaltam que a educação patrimonial deve configurar-se como um processo contínuo e interativo, favorecendo a apropriação cultural por meio de metodologias ativas. Ao incorporar metodologias digitais, essa prática educativa torna-se mais eficaz na formação de sujeitos críticos e comprometidos com a preservação da memória coletiva.

A interatividade propiciada por plataformas digitais amplia as possibilidades de apropriação simbólica dos bens patrimoniais, especialmente entre jovens, estudantes e públicos com acesso limitado a espaços formais de cultura e educação. Entre as principais iniciativas já em curso no Brasil e no exterior, destacam-se: aplicativos de georreferenciamento patrimonial, que possibilitam a localização e o acesso a informações sobre bens tombados por meio de dispositivos móveis; experiências imersivas em museus virtuais, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Google Arts & Culture, que recriam acervos por meio de realidade virtual e tours 360°; utilização de *QR Codes* em circuitos turísticos e pedagógicos, como no Projeto Lugares de Memória, que associa códigos em placas interpretativas a conteúdos audiovisuais sobre a história local; plataformas colaborativas de mapeamento cultural, como Mapas Culturais e Tainacan, que incentivam a construção coletiva de acervos digitais.

Em cidades de pequeno porte, como Perdões-MG, tais soluções assumem especial relevância ao suprirem lacunas de infraestrutura institucional e ampliarem a mediação cultural a baixo custo. A democratização do acesso ao patrimônio perpassa estratégias de mediação sensíveis à escala local, à escuta das comunidades e à ativação dos vínculos de pertencimento. A utilização de *QR Codes*, por exemplo,

possibilita uma hospitalidade virtual situada, que acolhe os visitantes ao mesmo tempo em que reforça o reconhecimento da identidade territorial pelos próprios moradores.

Tais experiências evidenciam que o uso das tecnologias digitais não apenas amplia o acesso às informações, mas também promove novas formas de engajamento afetivo e cognitivo com o patrimônio, fortalecendo a participação social e a mediação educativa em múltiplos territórios.

Assmann (2011) afirma que a memória coletiva necessita de suportes materiais e tecnológicos para sua continuidade simbólica. As iniciativas digitais, quando devidamente orientadas, tornam-se dispositivos de memória social compartilhada, possibilitando a circulação de narrativas culturais e o fortalecimento da consciência histórica coletiva. A interatividade, portanto, não é apenas técnica, mas simbólica: ela ativa a memória ao permitir que diferentes grupos se vejam representados nos espaços patrimoniais, físicos ou virtuais.

No entanto, persistem desafios: a efetivação dessas práticas exige infraestrutura tecnológica adequada, formação continuada de educadores e mediadores, bem como a superação de barreiras relacionadas à exclusão digital e à desigualdade de acesso. Além disso, há a necessidade de planejamento pedagógico intencional, para que as ferramentas digitais não substituam a experiência sensível com o patrimônio, mas a complementem de maneira crítica, contextualizada e ética, no sentido de acolher tanto a própria comunidade quanto o turista, como um ato de hospitalidade virtual.

Apesar desses obstáculos, os resultados positivos evidenciam que investir em educação patrimonial digital é investir na formação de cidadanias culturais mais atentas à memória, à diversidade e à sustentabilidade. Ao conjugar recursos tecnológicos com metodologias participativas, essas iniciativas configuram-se como estratégias fundamentais para fomentar o pertencimento e o reconhecimento dos bens culturais como elementos vivos das identidades coletivas.

Como destaca Scifoni (2022), a mediação patrimonial crítica deve estar alicerçada em processos educativos dialógicos, capazes de escutar as múltiplas vozes que habitam os territórios e de construir sentidos coletivos sobre o patrimônio. A educação

patrimonial digital, nesse sentido, pode ser compreendida como uma extensão da hospitalidade simbólica, ao promover o encontro entre sujeitos, memórias e territórios por meio de interfaces acessíveis, afetivas e participativas. Ao fortalecer esse encontro, contribui-se para a construção de um patrimônio mais plural, democrático e enraizado nas experiências locais.

3 A RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

A relação entre patrimônio cultural e turismo constitui um tema de significativa relevância para a valorização e preservação da memória coletiva. O patrimônio cultural, seja na forma material ou imaterial, representa um dos principais elementos de identidade de uma sociedade, refletindo sua história, tradições e modos de vida. O turismo, por sua vez, pode atuar como agente de preservação desses bens, promovendo o reconhecimento de seu valor e incentivando a adoção de práticas sustentáveis de gestão e proteção. No entanto, essa interação também apresenta desafios, como a necessidade de equilibrar a exploração econômica com a preservação dos bens culturais, assegurando que sua autenticidade e integridade sejam mantidas. Diante desse cenário, o presente capítulo objetiva discutir os conceitos fundamentais do patrimônio cultural, seu papel na construção das identidades e os impactos do turismo em sua valorização, abordando ainda a relevância da hospitalidade como elemento mediador dessa relação.

3.1 CONCEITOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Os conceitos e definições de patrimônio cultural são essenciais para compreender a formação das identidades, memória e história de uma comunidade. O patrimônio cultural abrange os bens materiais e imateriais que possuem significância histórica, cultural, artística e social para determinada coletividade. Isso inclui monumentos, sítios arqueológicos, tradições, festas, músicas e saberes tradicionais. A Constituição Federal Brasileira de 1988 define, em seu artigo 216, o patrimônio como:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988).

Contudo, a definição de “patrimônio” revela-se complexa e multifacetada. Um ponto comum em sua conceituação é o reconhecimento de seu valor, transmitido e utilizado

tanto individual quanto coletivamente. A ideia de “patrimônio” foi se desenvolvendo ao longo do tempo, considerando cada contexto cultural e social, o que resultou na ampliação de seus conceitos. A origem etimológica do termo é explicada por Gallois (2006, p. 11), que aponta que a palavra “patrimônio” deriva do latim “*pater*”, significando algo “herdado de ancestrais”.

A palavra patrimônio vem de *pater*, que quer dizer “pai” em latim, uma das línguas faladas na antiguidade, na Europa. Essa ideia de patrimônio como “aquilo que se herda do pai” se transformou, ao longo de muitos séculos, para designar tudo aquilo que uma família recebia de seus ancestrais (Gallois, 2006, p. 11).

Tal ampliação é igualmente destacada por Brusadin (2015), que argumenta que o patrimônio cultural constitui um conceito dinâmico, constantemente revisado e redefinido à medida que a sociedade se reconstrói e ressignifica os contextos históricos, sociais e econômicos que deseja preservar. Além disso, sua atribuição está diretamente relacionada às premissas e interesses das instituições e entidades responsáveis por sua salvaguarda. A valoração do patrimônio não é estática, mas varia de acordo com o tempo e os processos culturais que conferem significado aos bens patrimoniais. Frequentemente, aquilo que atualmente é considerado digno de preservação foi inserido nesse status de forma anacrônica, ou seja, a partir de uma lógica retrospectiva, moldada por interesses políticos e simbólicos de determinado contexto social.

Prats (1998, p. 63) destaca o caráter ideológico do processo de patrimonialização: “[...] o patrimônio cultural é uma invenção e uma construção social”, afirmando que “[...] nenhuma invenção adquire autoridade até que se legitime como construção social” (Prats, 1998, p. 64). Tal construção envolve o emprego de valores e discursos estabelecidos pelo poder, seja político ou social.

Nenhuma invenção adquire autoridade até que se legitime como construção social e que nenhuma construção social se produz espontaneamente sem um discurso prévio inventado (seja em seus elementos, em sua composição e/ou em seus significados) pelo poder. (Prats, 1998, p. 64).

É fundamental considerar que a atribuição de valor patrimonial a determinados bens confere-lhes um novo significado de troca, vinculado aos sentidos que passam a carregar ao serem reconhecidos como patrimônio cultural. Esses bens tornam-se

guardiões das memórias, inseridos em uma dinâmica de lembrar e esquecer, ao mesmo tempo em que delimitam o que deve ser considerado público e compartilhado (Chuva, 2009, p. 66). Assim, os bens tombados destacam-se como marcos simbólicos, cuja relevância é constantemente atualizada para adquirir sentido no presente. Nesse contexto, as ações realizadas pelo Sphan reforçam a noção de permanência ao longo do tempo, promovendo a percepção de que o passado pode ser vivenciado no presente (Chuva, 2009, p. 66). Para Nora (1993), o patrimônio cultural é compreendido como um extenso e variado conjunto de bens que permite a diferentes grupos sociais ressignificarem o passado, construindo representações de suas identidades, tanto no âmbito individual quanto coletivo, por meio da memória exposta nos lugares.

Os conceitos de valor de uso e valor de arte, conforme formulados por Alois Riegl (2019), são fundamentais para a compreensão da dinâmica da patrimonialização. Em “O culto moderno dos monumentos”, Riegl (2019) distingue diferentes categorias de valor atribuídas ao patrimônio, demonstrando que a preservação dos bens culturais ocorre por razões que transcendem sua mera antiguidade. O valor de uso refere-se à funcionalidade prática do bem para a sociedade contemporânea, ou seja, sua capacidade de continuar servindo a um propósito. Já o valor de arte está relacionado à apreciação estética e à relevância artística de determinado monumento, independentemente de sua utilidade prática. Essas duas categorias frequentemente entram em conflito, uma vez que a necessidade de adaptação e reutilização de edificações históricas pode comprometer sua integridade estética e artística.

Os valores atribuídos ao bem cultural, segundo Spolon e Allis (2008), estão diretamente ligados à dimensão simbólica do espaço conferida pela arquitetura, a qual possui o potencial de tornar tal espaço receptivo e imbuído de significados emocionais, éticos e estéticos. Essa característica confere à arquitetura um papel central na criação de ambientes acolhedores e na construção do sentido de hospitalidade no contexto urbano. Surge, assim, a necessidade de discutir o patrimônio como forma de acolhimento do outro.

Para Riegl (2019), a decisão sobre a preservação de um bem patrimonial não deve se restringir a critérios exclusivamente históricos, mas considerar as distintas funções e

percepções que esse bem pode assumir ao longo do tempo. Isso reforça a ideia de que o patrimônio não é um objeto fixo, mas um processo contínuo de ressignificação cultural e social.

Essa mudança de perspectiva ganhou força com a Convenção de 1972 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que ampliou a definição de patrimônio cultural, superando a noção tradicional de “monumento”. Para Choay (2011), a ampliação desse conceito impossibilita sua redução a uma única categoria. Na referida Convenção, o patrimônio cultural foi definido em três categorias:

Monumentos: obras de arquitetura, escultura, pinturas monumentais, estruturas arqueológicas, inscrições e cavernas que tenham relevância universal histórica, artística ou científica. [...] Conjunto de edificações: edificações separadas ou conectadas, cuja arquitetura, homogeneidade ou localização na paisagem seja de relevância universal. [...] Sítios: áreas ou obras criadas pelo homem ou pela interação homem-natureza, incluindo sítios arqueológicos, que possuam relevância universal do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (Choay, 2011, p. 173).

O patrimônio configura-se como um discurso de segundo nível, no qual os significados e funções originais de determinados bens recebem um valor adicional ao serem reconhecidos como patrimônio. Esse processo resulta na ressignificação do bem e provoca mudanças em seu sistema de valores (Fonseca, 2009). Pesavento (2003) enfatiza que a cultura, como componente do patrimônio, atua como um sistema voltado para a criação e perpetuação de valores, conhecimentos e práticas.

A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentem de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa. (Pesavento, 2003, p. 8).

Nesse contexto, a memória é construída de forma afetiva e entrelaçada a elementos de fantasia. Freire (1997, p. 126) explica que “Recordar, em seu sentido etimológico, significa colocar de novo no coração, e a memória se constrói, literalmente, de maneira afetiva. [...] O caráter afetivo da memória mistura-se, desde o princípio, à fantasia”. De acordo com Silva (2018, p.132), as conexões de pertencimento são fundamentais para a territorialização do espaço e para o fortalecimento das identidades culturais. Nesse sentido, as relações de identidade e pertencimento ao lugar se entrelaçam no

processo de apropriação e territorialização, que ocorre quando os indivíduos desenvolvem, nesse território, valores vinculados a sentimentos e às identidades culturais e simbólica, ressignificando o espaço com o qual se identificam e ao qual sentem que pertencem.

O lugar é definido por duas características principais: identidade e estabilidade. A identidade está relacionada às experiências e intenções intersubjetivas que surgem da familiaridade com o espaço (Holzer, 1999), formando vínculos que têm início no nascimento e se aprofundam ao longo do tempo (Tuan, 1983). Já a estabilidade está associada à convivência prolongada e à interação entre tempo e espaço, pois a pausa permite que uma localidade se torne um centro de reconhecido valor. Como exposto na Declaração de Quebec do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos, 2008):

O “espírito do lugar” é composto por bens materiais (como sítios, paisagens, construções, objetos) e imateriais (incluindo memórias, relatos orais, documentos, rituais, festivais, ofícios, técnicas, valores e sensações), combinando elementos físicos e espirituais que conferem significado, valor, emoção e mistério ao local. (Icomos, 2008).

Nesse sentido, o território adquire novos olhares, sendo suporte para criação de identidades, memória e história. Como cita Albagli (2004, p. 39),

O território é suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e de especificidade. As representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetam-se e materializam-se no espaço, transformando-se em símbolos geográficos, fornecendo referências e modelos comuns aos atores sociais e cristalizando uma identidade territorial (Albagli, 2004, p. 39).

Smith (2006, p. 11) descreve o patrimônio cultural como “uma prática cultural” que regula valores e significados, garantindo sua relevância na sociedade contemporânea.

O discurso do “patrimônio”, portanto, naturaliza a prática de reunir os suspeitos de sempre para conservar e “transmitir” às futuras gerações e, ao fazer isso, promove um determinado conjunto de valores culturais ocidentais e elitistas, como se fossem universalmente aplicáveis. Consequentemente, esse discurso valida um conjunto de práticas e performances que permeiam tanto as construções populares quanto as especializadas de “patrimônio”, e enfraquece ideias alternativas e subalternas sobre

o conceito. Ao mesmo tempo, o “trabalho” que o “patrimônio” desempenha enquanto prática social e cultural é obscurecido, em decorrência dos efeitos naturalizantes do que Smith (2006, p. 11) denomina “discurso patrimonial autorizado”.

A relevância do vínculo afetivo dos moradores com os bens culturais constitui fator essencial para sua preservação. Embora integrem o cotidiano, muitas vezes esses bens não são reconhecidos explicitamente como patrimônio, conforme ressalta Bastos (2004). O patrimônio cultural transcende a função de mero guardião de memórias, desempenhando papel fundamental na educação e na conscientização social. A conexão entre as comunidades e seus bens culturais fortalece o sentimento de pertencimento, elemento indispensável para assegurar a preservação desses patrimônios para as gerações futuras.

Além da ampliação do conceito de patrimônio, também ocorre a ressignificação de seu papel na sociedade contemporânea. Para Choay (2011, p. 211), os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função: obras que proporcionam saber e prazer, disponíveis a todos, mas produtos culturais fabricados, embalados e distribuídos para o consumo. Esse fenômeno, denominado “mercantilização da cultura”, converte o valor de uso do patrimônio em valor econômico, tornando-o parte de estratégias de desenvolvimento urbano, turismo e lazer.

Nesse sentido, a transformação do patrimônio em um recurso econômico é impulsionada por políticas públicas e investimentos privados, que mobilizam um amplo espectro de profissionais, tais como gestores culturais, comunicadores, planejadores urbanos, engenheiros e agentes do turismo. A crescente valorização do patrimônio como ativo turístico está diretamente vinculada ao projeto moderno de democratização do saber. Como destaca Choay (2011, p. 210), essa expansão é motivada pela “[...] vontade moderna de erradicar as diferenças e os privilégios na fruição dos valores intelectuais e artísticos, aliado ao desenvolvimento da sociedade de lazer e de seu correlato, o turismo cultural dito de massa”. Dessa forma, o público do patrimônio não se restringe mais a especialistas e estudiosos, ampliando-se para abranger uma gama diversificada de visitantes, inserindo os bens culturais em um circuito global de consumo e apropriação.

Embora essa dinamização traga benefícios, como a preservação e a divulgação do patrimônio, também suscita desafios. A espetacularização do patrimônio pode resultar em sua descaracterização, transformando-o em mero objeto de consumo e diluindo seu significado para as comunidades que o produzem e o reconhecem como parte de sua identidade. Assim, a gestão do patrimônio cultural deve buscar um equilíbrio entre sua função educativa e sua inserção na economia do turismo, assegurando que sua salvaguarda seja realizada de maneira sustentável e respeitosa às suas dimensões simbólicas e sociais, sobretudo diante das necessidades da comunidade local.

3.2 O PAPEL DO TURISMO NA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

O turismo cultural constitui um dos vetores mais dinâmicos na valorização simbólica e material do patrimônio cultural, ao fomentar práticas de preservação, incentivar a produção cultural local e promover o reconhecimento social dos bens patrimoniais. Essa articulação, no entanto, demanda cautela: embora possa gerar benefícios socioeconômicos, também acarreta riscos, como a descaracterização das manifestações culturais e sua subordinação a lógicas comerciais. Nesse sentido, o turismo deve ser compreendido tanto como amplificador da memória coletiva quanto como instância de disputa simbólica em torno do patrimônio.

Segundo Barretto (2003), o turismo cultural emerge como alternativa estratégica para dinamizar o patrimônio cultural, associando preservação à geração de renda, estímulo à economia criativa e revitalização do tecido social. Essa vertente turística amplia a visibilidade dos bens culturais, fortalece o sentimento de pertencimento e fomenta a valorização das identidades locais. Contudo, a autora ressalta que sua efetividade está condicionada à implementação de políticas públicas sustentáveis e à participação ativa das comunidades na gestão dos recursos patrimoniais.

Beni (2004) corrobora essa perspectiva ao enfatizar que o turismo, quando orientado por princípios de sustentabilidade, pode constituir instrumento de valorização da diversidade cultural e do desenvolvimento territorial. A articulação entre cultura, turismo e patrimônio, porém, requer planejamento integrado, mediação qualificada e ações educativas contínuas, que previnam a mercantilização dos bens culturais e o esvaziamento de seus sentidos simbólicos.

Nesse contexto, Brusadin (2012) propõe uma leitura crítica do turismo cultural, defendendo que este deve atuar como prática interpretativa, geradora de sentido e promotora da educação patrimonial. A experiência turística, assim concebida, deve favorecer o contato sensível com os bens culturais, promovendo sua ressignificação a partir da memória social e do envolvimento comunitário.

É nesse contexto que se insere o conceito de hospitalidade como mediação simbólica. Conceição e Panosso Netto (2022) salientam que, mesmo em experiências mediadas digitalmente, o sentido de presença e acolhimento pode ser construído por meio de dispositivos interativos, narrativas situadas e interfaces sensíveis, o que denominam hospitalidade virtual. Essa perspectiva desloca a hospitalidade do campo estritamente físico para abranger a dimensão da recepção simbólica e do compartilhamento cultural, inclusive no ambiente digital.

De modo complementar, Gabrielli e Santos (2016) destacam que o turismo de base comunitária (TBC) constitui uma via estratégica para valorizar o patrimônio imaterial, ao evidenciar os saberes locais, os rituais cotidianos e os vínculos de pertencimento. Tais práticas transferem o foco do turismo da lógica do espetáculo para a construção coletiva de experiências culturais significativas.

Urry (2002) define que o “olhar do turista” é atravessado por representações midiáticas, estéticas e simbólicas que influenciam a maneira como os bens patrimoniais são percebidos. Isso implica que o patrimônio não é um dado objetivo e fixo, mas uma construção cultural em permanente negociação. Nesse processo, os discursos patrimoniais podem ser instrumentalizados para legitimar identidades, promover narrativas específicas e excluir outras.

Essa crítica é aprofundada por Hobsbawm e Ranger (1984), ao introduzirem o conceito de “tradições inventadas”. Muitas práticas culturais legitimadas como patrimônio resultam, na verdade, de processos recentes de construção identitária, frequentemente articulados ao turismo. A patrimonialização, assim, configura também um campo de disputa simbólica, no qual interesses econômicos, políticos e culturais

estão em jogo e que devem ser considerados no planejamento do turismo em interface com a lógica do patrimônio no ambiente urbano.

No tocante à hospitalidade no Brasil, Spolon e Allis (2008) a descrevem como um traço cultural profundamente enraizado, que transcende a mera recepção e assume contornos de inclusão simbólica, atenção às subjetividades e valorização do tempo compartilhado. Essa hospitalidade afetiva reforça o papel do turismo como experiência relacional e interpessoal, na qual o patrimônio se converte em suporte de encontros e trocas culturais.

A valorização do patrimônio por meio do turismo, portanto, deve ser acompanhada de práticas interpretativas que ultrapassem a lógica do consumo. A interpretação do patrimônio, compreendida como processo educativo e comunicativo, configura-se, segundo Albano e Maris (2002), como ferramenta essencial para aprofundar a compreensão dos visitantes e fomentar o engajamento com a conservação. Funari e Pinsky (2005) complementam, afirmando que o turista, ao ser exposto a processos interpretativos sensíveis, passa a se envolver criticamente com o lugar visitado, fortalecendo os vínculos com a cultura local.

Sob essa ótica, o turismo cultural não deve ser concebido apenas como vetor de crescimento econômico, mas sim como prática de hospitalidade, mediação e reconhecimento do território e de suas memórias. Deve promover a escuta das comunidades, a pluralidade das narrativas e a valorização das memórias sociais, atuando como catalisador da ressignificação simbólica do patrimônio. Para tanto, é imprescindível que as estratégias turísticas estejam integradas a políticas culturais inclusivas, com participação social efetiva e respeito à diversidade de expressões culturais existentes na cidade.

3.3 HOSPITALIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL: ELOS POSSÍVEIS

A hospitalidade exerce um papel fundamental no turismo cultural, influenciando diretamente a experiência dos visitantes e a forma como as comunidades locais interagem com o patrimônio. Mais do que um simples ato de acolhimento, a hospitalidade está associada à troca simbólica e à reciprocidade, configurando-se

como elemento essencial para o fortalecimento dos vínculos sociais e para a valorização do patrimônio cultural. Essa dimensão simbólica da hospitalidade como mediação de sentidos no território também é abordada por Conceição e Panosso Netto (2022), ao ressaltar seu papel estruturante no turismo como prática cultural crítica e compartilhada.

O conceito de hospitalidade pode ser compreendido sob a ótica da teoria da dádiva, desenvolvida por Mauss (2003) e aprofundada por diversos autores. Conforme Pimentel et al. (2008), a hospitalidade transcende o setor comercial, abrangendo um complexo sistema de trocas no qual as interações entre anfitriões e visitantes promovem vínculos sociais e culturais. Nesse sentido, a hospitalidade não se limita à prestação de serviços, constituindo-se como mecanismo que contribui para as identidades e coesão social das comunidades receptoras de turistas.

De acordo com Bourdieu (2002), as trocas sociais são estruturadas por princípios de honra, reconhecimento e reciprocidade, compondo um sistema de trocas simbólicas. Esses vínculos extrapolam a esfera econômica, consolidando-se como relações de obrigação e reconhecimento mútuo. Sob essa perspectiva, podem ser entendidos como formas de reciprocidade entre aqueles que acolhem e os que são acolhidos, à luz da hospitalidade, na qual o visitante de um destino turístico não apenas consome um serviço, mas participa de um processo de aprendizado e troca de experiências com a comunidade local.

A experiência do turista em um destino cultural é profundamente influenciada pela forma como é recebido pela comunidade. Fernandes (2019) destaca que a hospitalidade pode transformar a experiência turística, tornando-a mais autêntica e significativa. O contato direto com os moradores locais, a possibilidade de vivenciar tradições e costumes e a imersão em ambientes culturalmente ricos constituem fatores que diferenciam o turismo cultural de outras modalidades turísticas. Dessa forma, a hospitalidade, como prática de acolhimento, torna-se elemento-chave para a construção do pertencimento e para o reconhecimento dos sujeitos como coprodutores do espaço e da memória.

Nesse sentido, a hospitalidade não se restringe à oferta de acomodações e serviços de qualidade, mas implica a criação de um ambiente no qual o visitante se sinta parte da cultura local. Quando adequadamente gerida, permite que os turistas não apenas observem o patrimônio, mas o vivenciem de maneira ativa, participando de festividades, rituais e práticas tradicionais. Tal dinâmica contribui para a preservação do patrimônio imaterial, ao fomentar a continuidade de práticas culturais que poderiam ser esquecidas sem o interesse e a valorização dos visitantes.

Além disso, a hospitalidade pode ser fator determinante para a percepção do valor do patrimônio. Brusadin (2015) reforça que o patrimônio cultural não deve ser apenas objeto de contemplação, mas elemento vivo, que se mantém relevante por meio das interações humanas. Assim, o turismo cultural, aliado a práticas autênticas de hospitalidade, permite que o patrimônio seja constantemente ressignificado, adquirindo novos sentidos e significados para diferentes grupos sociais.

A hospitalidade também desempenha papel essencial na sustentabilidade do turismo cultural. Pimentel et al. (2008) ressaltam que um ambiente hospitaleiro e acolhedor favorece a interação entre turistas e moradores, criando oportunidades para a valorização do patrimônio sem comprometer sua autenticidade. Esse tipo de turismo, quando devidamente planejado, contribui para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais, ao mesmo tempo que fortalece as identidades culturais e promove a conservação do patrimônio.

No entanto, é fundamental que a hospitalidade seja gerida de forma sustentável, respeitando os limites de capacidade dos destinos e garantindo que os benefícios do turismo sejam distribuídos de maneira equitativa na relação entre turistas (hóspedes) e comunidade local (anfitriões). A hospitalidade no patrimônio implica na capacitação e inclusão das comunidades locais, permitindo sua participação ativa na gestão turística e autonomia na definição das diretrizes de preservação do patrimônio.

Adicionalmente, Pimentel *et al.* (2008) enfatizam que a hospitalidade não deve ser reduzida a um serviço comercial. A verdadeira hospitalidade está relacionada ao reconhecimento do outro e à construção de relações baseadas na reciprocidade e no respeito. Dessa forma, o turismo cultural pode tornar-se instrumento de inclusão

social, promovendo a diversidade cultural e a valorização das tradições locais. Tal prática de acolhimento e interação com os conteúdos culturais também potencializa a educação patrimonial crítica, ao engajar os visitantes em reflexão ativa sobre os sentidos do patrimônio, seus usos e disputas (Oliveira; Baracho Porto; Cantoni, 2024).

Com o avanço das tecnologias digitais e a transformação dos modos de interação, a hospitalidade virtual emerge como conceito no turismo cultural. A hospitalidade, anteriormente predominantemente associada ao contato físico entre anfitrião e visitante, agora se estende para ambientes digitais, ampliando as formas de acolhimento e interação. Segundo Marcelino e Camargo (2021), a hospitalidade virtual se estrutura em quatro dimensões principais: relação interpessoal, virtude, rito e troca. Dessa forma, o digital não apenas conecta turistas e comunidades antes da experiência presencial, mas proporciona novas maneiras de compartilhar conhecimento sobre o patrimônio cultural.

No âmbito do turismo cultural, a hospitalidade virtual manifesta-se por meio de plataformas digitais, redes sociais, sites de turismo e aplicativos interativos, que oferecem aos visitantes informações sobre o destino e permitem um primeiro contato com a cultura local. Mesquita, Bridi e Almeida (2021) demonstram que a hospitalidade virtual pode facilitar a acessibilidade ao turismo cultural, permitindo que turistas conheçam o patrimônio antes mesmo da visita presencial. Tal interação digital cria um espaço de acolhimento prévio, auxiliando na contextualização da experiência e na criação de expectativas mais realistas sobre a vivência no destino.

Além disso, durante a visita, ferramentas de realidade aumentada, QR Codes e visitas virtuais possibilitam que os turistas aprofundem seu conhecimento sobre elementos culturais e históricos, enriquecendo a experiência turística. Conceição e Panosso Netto (2022) argumentam que a hospitalidade virtual deve ser compreendida como complemento à hospitalidade tradicional, e não como substituta. Dessa maneira, ela fortalece a experiência turística, fornecendo suporte informacional e interativo que favorece a valorização do patrimônio.

Outro aspecto relevante da hospitalidade virtual é seu papel na inclusão digital e na democratização do acesso ao turismo cultural. A hospitalidade virtual pode ser fator

determinante para tornar o turismo mais acessível a pessoas que enfrentam barreiras geográficas, financeiras ou físicas. Visitantes impossibilitados de deslocamento podem vivenciar experiências culturais por meio de tours virtuais e conteúdos interativos, garantindo que o patrimônio continue sendo explorado e valorizado mesmo à distância.

No entanto, é imprescindível que a hospitalidade virtual seja implementada de maneira a preservar a autenticidade e as identidades culturais dos destinos, evitando a padronização excessiva das experiências digitais, que pode comprometer a singularidade de cada localidade. Assim, a hospitalidade virtual deve ser concebida como meio de fortalecimento das narrativas locais, permitindo às comunidades controle sobre a forma como sua cultura é representada e disseminada no ambiente digital.

A hospitalidade e o patrimônio cultural encontram-se profundamente interligados no contexto turístico. Mais do que elemento de infraestrutura, a hospitalidade constitui fator essencial para a valorização do patrimônio, ao possibilitar a troca de experiências e a construção de significados compartilhados entre turistas e comunidades locais. Quando bem gerida, a hospitalidade pode transformar o turismo cultural em instrumento de preservação da memória coletiva e fortalecimento das identidades culturais dos destinos turísticos. Nesse processo, a hospitalidade torna-se mecanismo de territorialização do patrimônio, ao enraizar os significados compartilhados no cotidiano das práticas sociais e afetivas vivenciadas no local.

3.4 PATRIMÔNIO AFETIVO E VÍNCULOS COM O TERRITÓRIO

A noção de patrimônio afetivo fundamenta-se no entendimento de que os bens culturais não se legitimam apenas por seu valor histórico, estético ou arquitetônico, mas, sobretudo, pelos vínculos que estabelecem com os indivíduos e com os grupos sociais que os reconhecem como referências de pertencimento. Trata-se de uma perspectiva que insere o afeto como categoria de análise no campo patrimonial, conferindo centralidade às emoções, memórias e experiências vivenciadas nos processos de patrimonialização.

Segundo Assmann (2011), a memória cultural articula-se a partir de espaços de recordação que conferem sentido às identidades coletivas. Esses espaços, sejam materiais ou imateriais, adquirem densidade simbólica não apenas pelo que representam oficialmente, mas por serem continuamente reatualizados pelas práticas sociais, pela oralidade e pela vivência cotidiana. Nesse sentido, o patrimônio afetivo configura-se como uma forma de memória encarnada nos lugares e nos objetos, enraizada no cotidiano dos sujeitos.

Halbwachs (1990), ao introduzir o conceito de memória coletiva, já indicava que a recordação do passado é sempre socialmente mediada, e os lugares de memória (*lieux de mémoire*), como aponta Nora (1993), são fixadores dessa memória quando há risco de sua dissolução. No entanto, o que os torna vivos é o afeto que mobilizam, o pertencimento que provocam e o imaginário que suscitam.

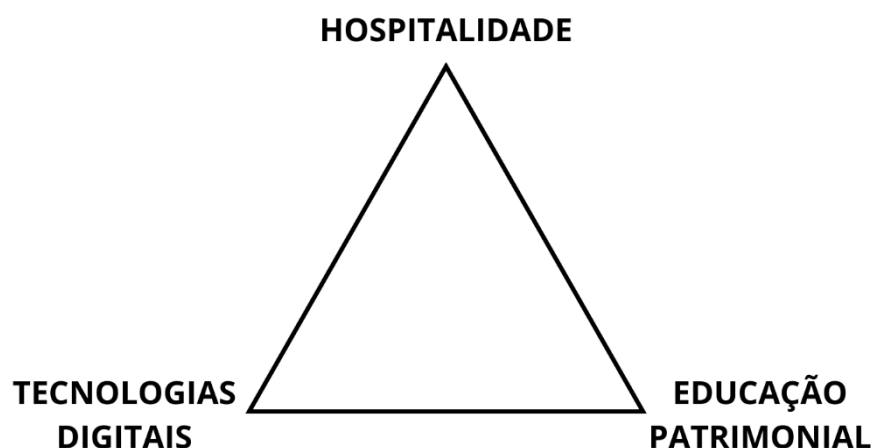
No contexto brasileiro, autores como Scifoni (2022) e Brusadin (2015) têm defendido a relevância de considerar as camadas subjetivas dos bens patrimoniais como componente fundamental das políticas de preservação. Scifoni (2022) salienta que a patrimonialização deve ser sensível às narrativas locais e aos afetos que atravessam os bens culturais, sob pena de desconsiderar as formas não hegemônicas de produção de memória. Brusadin (2015), por sua vez, destaca que o patrimônio apenas se concretiza como tal quando apropriado e ressignificado pelas comunidades, o que implica, necessariamente, dimensões emocionais, sensoriais e afetivas.

Scifoni (2022) afirma que o patrimônio afetivo está fortemente vinculado ao cotidiano das populações, às suas práticas culturais e às experiências subjetivas com o território. Não se trata, portanto, de um patrimônio instituído “de cima”, mas de um conjunto de valores construídos na relação entre sujeitos e lugares, nos quais o afeto atua como mecanismo de reconhecimento e identidade.

Essa perspectiva revela-se especialmente relevante em cidades de pequeno porte, nas quais a construção simbólica do patrimônio ocorre menos por grandes narrativas institucionais e mais pela memória compartilhada, pela oralidade, pelas festividades locais e pela presença cotidiana dos bens na paisagem urbana. O patrimônio em cidades interioranas frequentemente se ancora na afetividade que os moradores

nutrem por igrejas, praças, festas e práticas tradicionais, sendo esses os verdadeiros pilares da preservação.

Figura 3 – Tríade conceitual: interseção entre tecnologia digital, educação patrimonial e hospitalidade



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Canva*, 2025.

A Figura 3 aborda a interseção entre tecnologias digitais, educação patrimonial e hospitalidade, esboçando uma tríade que sintetiza os pilares conceituais que orientam esta pesquisa. A opção pela forma geométrica do triângulo decorre de sua capacidade de representar a interdependência entre os três pilares conceituais da pesquisa. Cada vértice mantém sua autonomia, mas somente na conexão entre eles emerge o campo integrado de análise que orienta o estudo. O triângulo, enquanto figura mínima de estabilidade estrutural, simboliza equilíbrio, complementaridade e convergência, indicando que nenhuma das dimensões atua isoladamente. Seu interior representa o espaço relacional onde esses eixos se articulam, produzindo sentidos compartilhados e processos de mediação fundamentais para compreender a experiência patrimonial contemporânea.

4 PERDÕES E SUA CULTURA

Este capítulo apresenta Perdões e sua cultura, oferecendo um panorama do contexto histórico, territorial e simbólico que fundamenta o campo da pesquisa. A partir de sua formação no século XVIII, são descritos os principais elementos que compõem o patrimônio material e imaterial do município, bem como o papel da comunidade na preservação dessas referências. Esse contexto contribui para compreender por que Perdões é apropriado para a aplicação de tecnologias digitais voltadas à educação patrimonial, justificando, assim, a escolha da Igreja de Nossa Senhora do Rosário como estudo de caso para o tour virtual. O capítulo também expõe os métodos empregados junto aos agentes culturais e aos moradores perdoenses, além de apresentar os resultados obtidos a partir das ações desenvolvidas.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO, TERRITORIAL E CULTURAL DE PERDÕES-MG

A origem da cidade remonta ao século XVIII, período em que bandeirantes e mineradores desbravavam o interior de Minas Gerais em busca de ouro e de novas possibilidades de ocupação. Instalou-se no território que atualmente corresponde ao município o alferes português Romão Fagundes do Amaral, um minerador ambicioso, que chegou à região em busca de riquezas, acumulando fortuna por meio de atividades de garimpo, muitas delas conduzidas em desobediência à Coroa Portuguesa, o que resultou em sua condição de foragido. Segundo a tradição local, após anos de desobediência, Romão teria feito uma promessa: caso fosse perdoado, dedicaria à Coroa um broche de ouro maciço em forma de cacho de banana. Ao conceder o perdão, a Coroa determinou igualmente a construção de uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus dos Perdões, enviando de Portugal a imagem do santo que seria instalada no novo templo. Dessa narrativa deriva o nome da cidade: Perdões (Prefeitura Municipal de Perdões, 2009).

A formação do núcleo urbano consolidou-se a partir da construção de uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus dos Perdões, obra atribuída ao próprio Alferes Romão Fagundes, em torno da qual surgiu o arraial homônimo, com suas primeiras moradias, estabelecimentos comerciais e vias de acesso. Em 1802, o povoado foi elevado à categoria de vila, recebendo o nome de Vila de São José. Posteriormente, em 1855,

adquiriu o status de freguesia e, em 1911, tornou-se município. A emancipação político-administrativa ocorreu no ano seguinte, em 1º de junho de 1912, quando o território foi oficialmente desmembrado de Lavras, tornando-se sede da comarca (Prefeitura Municipal de Perdões, 2023).

O município de Perdões está situado na região Sul de Minas Gerais, integrando a microrregião de Lavras e a mesorregião do Campo das Vertentes. Localiza-se a aproximadamente 213 km da capital, Belo Horizonte, e ocupa uma posição estratégica entre importantes rodovias federais, como a BR-381 (Rodovia Fernão Dias) e a BR-354, conforme ilustrado na Figura 4, fator que favorece sua conectividade regional e amplia seu papel como ponto de passagem e articulação logística.

Figura 4 – Mapa de acessos ao município e aos bens tombados



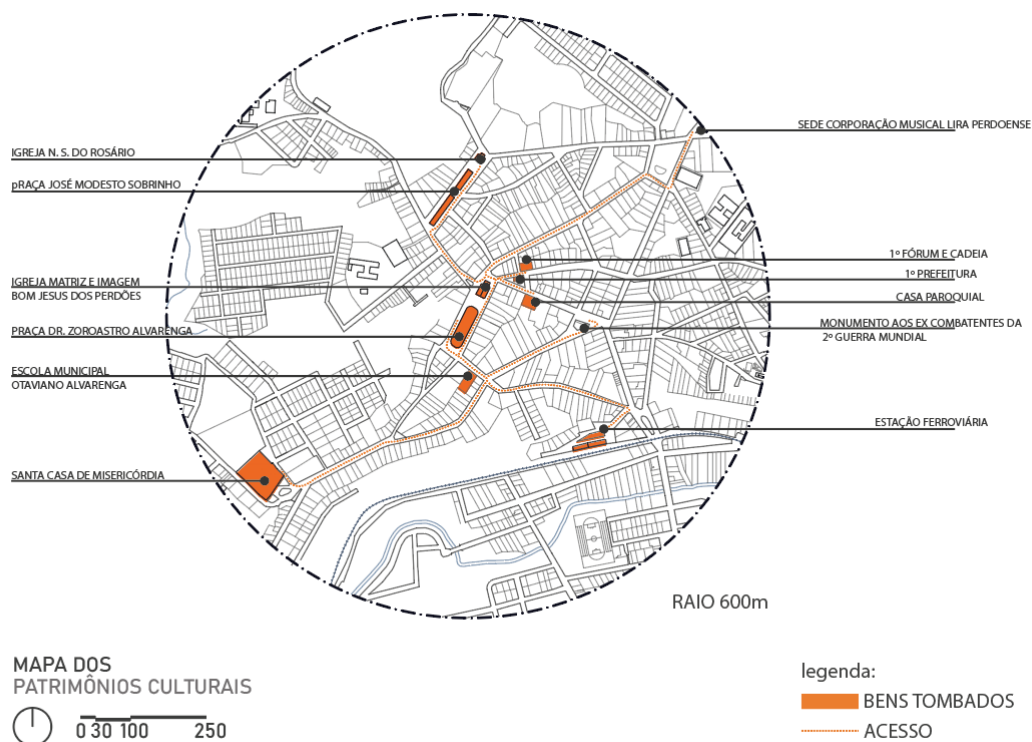
Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Adobe Illustrator*, 2025.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), a população estimada do município é de cerca de 21.384 mil habitantes. O território municipal possui uma economia fundamentada, sobretudo, na agropecuária, no comércio e em serviços, sendo historicamente caracterizado pela produção de café, laticínios e pela presença de pequenas propriedades rurais. Não obstante seu porte reduzido, Perdões apresenta dinamismo cultural e histórico relevante, com expressões simbólicas que refletem sua trajetória de formação e desenvolvimento.

A escolha de Perdões como objeto de investigação nesta pesquisa justifica-se pelo seu conjunto arquitetônico preservado, pela presença de manifestações culturais ativas e pelo crescente interesse da comunidade e do poder público em estratégias de valorização patrimonial. Ademais, o município apresenta condições propícias para experimentações com tecnologias de mediação cultural, como os QR Codes, ao reunir escala urbana reduzida, forte identidade comunitária e iniciativas culturais locais em andamento.

O patrimônio cultural de Perdões expressa essa longa trajetória, tanto por meio de seus bens materiais que representam diferentes períodos, como o jesuítico, colonial, art déco, eclético, neoclássico, neocolonial, entre outros (como igrejas, casarões, escolas e edifícios institucionais), quanto por meio das manifestações imateriais que compõem o cotidiano e a memória da população local (folia de reis, congada, festas religiosas, produção de tapetes de *Corpus Christi*). O município preserva um conjunto expressivo de manifestações simbólicas e artísticas que integram seu patrimônio cultural. O conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade foi tombado em 2003 pelo município, reafirmando a importância da preservação de sua ambiência histórica. (Livro do Tombo, 2003; Prefeitura Municipal de Perdões, 2009).

Figura 5 – Mapa dos patrimônios culturais



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Adobe Illustrator*, 2025.

Além dos bens edificadas, Perdões preserva práticas culturais que integram o patrimônio imaterial mineiro, como a Folia de Reis, a Congada, os festejos religiosos tradicionais e a produção artesanal de quitandas, doces, queijos e cachaças. Tais elementos, aliados ao sentimento de pertencimento de seus habitantes, contribuem para o fortalecimento da identidade local e oferecem potencial para o desenvolvimento de políticas de educação patrimonial, turismo cultural e economia criativa.

Essas manifestações constituem expressões da memória coletiva e de uma herança cultural viva, que mobiliza afetos, sociabilidades e narrativas compartilhadas. Conforme destaca Brusadin (2015, p.70), “não existe um patrimônio material, mas apenas um único patrimônio cuja natureza é imaterial, porquanto se constrói e se configura no espírito de uma cultura que se transmite no tempo e no espaço”. Tal aspecto é fundamental para a construção de vínculos identitários e para o sentimento de pertencimento territorial. Em Perdões, tais expressões não apenas preservam a tradição, mas também se reinventam no cotidiano, conectando passado, presente e futuro.

Em síntese, Perdões caracteriza-se como uma cidade de pequeno porte, mas detentora de um rico repertório histórico e cultural. Sua localização estratégica, a expressividade de seu patrimônio e o engajamento crescente da população em torno de sua história tornam o município um território propício para a implementação de iniciativas que integrem cultura, turismo e tecnologia, visando à valorização do patrimônio e à promoção do desenvolvimento local sustentável.

A presente pesquisa buscou, precisamente, explorar esse potencial, investigando de que maneira a articulação entre cultura local, práticas educativas e tecnologias digitais pode fortalecer a valorização patrimonial. O uso de QR Codes em espaços de interesse histórico e simbólico da cidade representa uma oportunidade de ativar novas formas de hospitalidade, acessibilidade e mediação, promovendo o reconhecimento da memória local por diferentes públicos e contribuindo para a sustentabilidade cultural do município.

4.2 IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Diante de seu valor histórico, simbólico e identitário, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi selecionada como objeto do estudo de caso desta dissertação, considerando sua relevância como marco fundacional do município de Perdões e sua forte presença na memória coletiva local, concentrando-se exclusivamente em sua dimensão histórica, cultural e comunitária respeitando-se sua natureza religiosa e evitando abordagens de caráter doutrinário. A escolha do bem fundamenta-se na intenção de analisar o potencial das tecnologias digitais (neste caso, a aplicação de QR Codes e a criação de tour virtual) como instrumentos de mediação cultural e valorização patrimonial em cidades de pequeno porte.

Além de sua importância histórica, a igreja foi selecionada em razão de sua localização acessível e por constituir um espaço já reconhecido e frequentado pela comunidade local, o que favorece a atuação das tecnologias como dispositivos de hospitalidade virtual, capazes de acolher visitantes e moradores por meio da mediação simbólica e informacional do patrimônio.

Erguida por volta de 1770, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário é considerada a edificação mais antiga do município, ocupando posição central na conformação histórica, religiosa e urbana da cidade. Sua construção foi idealizada pelo alferes Romão Fagundes do Amaral, fundador do povoado, e inicialmente dedicada ao Senhor Bom Jesus dos Perdões. Posteriormente, a devoção foi transferida para Nossa Senhora do Rosário, à medida que se consolidava a dinâmica religiosa da comunidade local (Prefeitura de Perdões, 2023).

A igreja apresenta tipologia arquitetônica vinculada ao estilo jesuítico, com volumetria simples e fachada de linhas retas, características comuns às edificações religiosas do período colonial. Embora a torre original não exista mais, o edifício conserva sua integridade formal e permanece como testemunho de um passado marcado por intensas transformações socioculturais. A autorização para sua bênção oficial, concedida em 3 de agosto de 1770 pelo bispado de Mariana, confirma sua relevância institucional ainda no século XVIII (Prefeitura de Perdões, 2023).

É importante ressaltar que sua construção ocorreu mediante o emprego de mão de obra escravizada, o que confere à edificação uma camada de significado histórico que remete às desigualdades e contradições do processo de formação do território mineiro. O entorno da igreja também abrigou o primeiro cemitério da cidade, o que reforça sua centralidade na estruturação dos ritos religiosos e das práticas sociais da época (Prefeitura De Perdões, 2023).

Sua permanência no imaginário local também expressa o que Assmann (2011) define como “memória comunicativa”, isto é, aquela que é partilhada oralmente, transmitida entre gerações e incorporada ao cotidiano. Como espaço de referência simbólica e afetiva, a Igreja do Rosário constitui-se não apenas como bem edificado, mas como um lugar de memória viva, conceito explicado por Nora (1993), no qual se entrecruzam fé, identidade e pertencimento.

Reconhecendo-se sua importância histórica, arquitetônica e afetiva, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi tombada como patrimônio cultural municipal pelo Decreto nº 1.776, de 24 de fevereiro de 2003 (Livro do Tombo, 2025), figurando entre os bens protegidos do município de Perdões. Situada na Praça José Modesto Sobrinho, a

edificação permanece como referência espiritual e cultural para a população, sendo palco de celebrações, festas religiosas e ações educativas (Prefeitura de Perdões, 2023).

A escolha deste bem como foco da implementação do *QR Code* e da visita virtual objetiva demonstrar como recursos tecnológicos podem atuar como mediadores na relação entre o público e o patrimônio, ampliando o acesso à informação, promovendo o pertencimento e fortalecendo o uso turístico e pedagógico de bens históricos. Assim, a Igreja do Rosário configura-se não apenas como objeto de proteção, mas como agente ativo no processo de ressignificação do patrimônio cultural diante das dinâmicas contemporâneas.

A interatividade proporcionada pelo tour virtual e pelo *QR Code* oferece múltiplos pontos de contato entre o sujeito e o bem cultural, convertendo a visita em uma experiência sensível, informada e acessível. O uso de tecnologias digitais pode ampliar o alcance das ações educativas e favorecer o engajamento de públicos diversos, ao mesmo tempo em que reforça o valor simbólico do patrimônio na construção de identidades coletivas.

4.2.1 Etapas de implementação da mediação digital: *QR Code* e *tour virtual*

A elaboração do tour virtual mediado por *QR Code* foi concebida como uma estratégia de hospitalidade virtual, fundamentada na criação de vínculos entre o visitante e o bem cultural por meio de interações simbólicas e informacionais. A proposta dialoga com a perspectiva de mediação cultural e com os princípios da educação patrimonial crítica, objetivando promover uma experiência imersiva, acessível e sensível à história local.

A implementação da tecnologia de mediação digital ocorreu na Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Perdões-MG, bem cultural tombado municipalmente pelo Decreto nº 1.776, de 24 de fevereiro de 2003, em virtude de seu relevante valor histórico, simbólico e arquitetônico, sendo a primeira igreja edificada no município, aproximadamente no ano de 1770. O procedimento seguiu um conjunto de etapas técnicas e metodológicas da pesquisa-ação voltadas à criação de uma experiência

acessível, educativa e imersiva. O processo foi estruturado com base em princípios de valorização do patrimônio cultural, hospitalidade virtual e democratização da informação, culminando na geração de um *QR Code* que direciona o público para um tour virtual da edificação, conforme as seguintes etapas:

1) Definição dos pontos de captura:

Inicialmente, foram definidos estrategicamente os pontos para posicionamento da câmera fotográfica, considerando ângulos internos e externos que melhor representassem a espacialidade e os detalhes arquitetônicos da igreja. A seleção dos pontos teve como critério a criação de uma narrativa visual coerente, que possibilitasse ao visitante virtual compreender a volumetria, os elementos simbólicos e a ambiência do espaço.

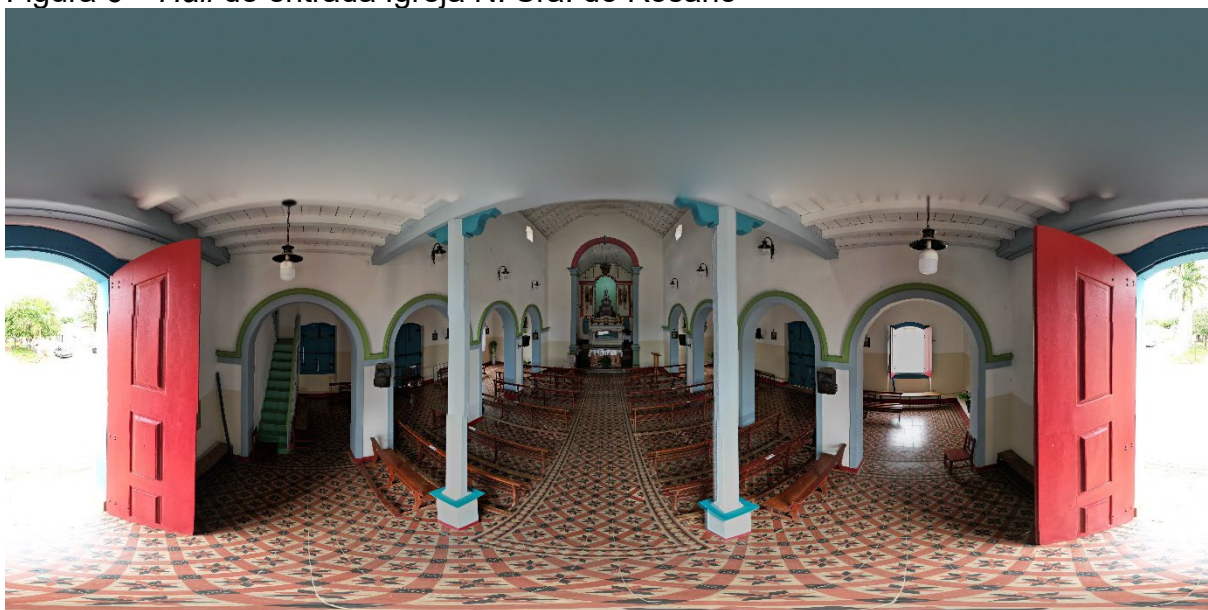
2) Captura das imagens em 360°:

Com os pontos de vista definidos, procedeu-se à realização da captura fotográfica em formato panorâmico 360°, utilizando equipamento apropriado para a obtenção de imagens de alta resolução. Essa etapa foi fundamental para assegurar a imersão visual e a qualidade estética da experiência de navegação digital. As capturas foram realizadas por meio de drone pelo autor Amauri Junior, o qual cedeu as fotografias para o desenvolvimento do tour².

A Figura 6 apresenta o *hall* de entrada, localizado sob o mezanino, que constitui a primeira visão do visitante ao adentrar o templo.

² Verificar Anexo A (p.95)

Figura 6 – *Hall* de entrada Igreja N. Sra. do Rosário



Fonte: Amauri Junior, 2025.

A Figura 7 apresenta a nave central, destacando a imponência do espaço e a percepção volumétrica do interior da igreja.

Figura 7 – Nave central da Igreja N. Sra. do Rosário



Fonte: Amauri Junior, 2025.

A Figura 8 apresenta o altar, evidenciando seu caráter simbólico, litúrgico e sua imponência.

Figura 8 – Altar da Igreja N. Sra. do Rosário



Fonte: Amauri Junior, 2025.

A Figura 9 apresenta a nave lateral direita, permitindo observar seus detalhes construtivos e a integração com o corpo principal da igreja.

Figura 9 – Nave lateral direita da Igreja N. Sra. do Rosário



Fonte: Amauri Junior, 2025.

A Figura 10 apresenta a nave lateral esquerda, destacando a simetria arquitetônica em relação à nave central e à lateral direita.

Figura 10 – Nave lateral esquerda da Igreja N. Sra. do Rosário



Fonte: Amauri Junior, 2025.

A Figura 11 apresenta o mezanino, espaço destinado tradicionalmente ao coro, de onde se tem uma visão panorâmica da nave e do altar e se localiza o sino.

Figura 11 – Mezanino da Igreja N. Sra. do Rosário



Fonte: Amauri Junior, 2025.

3) *Upload* das imagens na plataforma digital:

As imagens geradas foram posteriormente carregadas na plataforma “Meu Passeio Virtual” (www.meupasseiovirtual.com), um sistema online destinado à

criação de tours virtuais interativos. A referida ferramenta possibilitou a organização sequencial das imagens, bem como a definição dos percursos de navegação entre os ambientes, promovendo uma simulação fluida de visita.

4) Inserção dos conteúdos históricos e informativos:

Na própria plataforma, foram inseridos textos explicativos sobre a história da igreja, de sua importância cultural, dos aspectos arquitetônicos e simbólicos. Tais textos foram extraídos do livro do tombo e da obra “Perdões em versos, histórias & sabores”, de autoria da perdoense Crisiane Carvalho, com organização do Departamento Municipal de Cultura e Turismo, 2022.

A elaboração dos conteúdos seguiu diretrizes da educação patrimonial participativa, valorizando o registro das memórias locais e a tradução didática dos significados históricos, com o objetivo de estimular o sentimento de pertencimento e o reconhecimento do patrimônio como bem coletivo.

Figura 12 – *Tour* virtual na plataforma com inserção de textos explicativos



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do site *Meu Passeio Virtual*, 2025.

O *tour* é feito de forma intuitiva, em que se apresentam as caixas de textos com as explicações; as setas presentes no caminho servem para guiar o visitante.

Figura 13 – *Tour* virtual na plataforma com inserção de textos explicativos



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *site Meu Passeio Virtual*, 2025.

5) Geração e distribuição do QR Code:

Finalizada a montagem do *tour* virtual, a própria plataforma gerou um QR Code exclusivo vinculado à experiência criada. Esse código foi, então, distribuído, permitindo que visitantes locais e turistas tenham acesso imediato à visita digital a partir de seus dispositivos móveis.

Esse processo, além de ampliar o acesso ao patrimônio cultural por meio da mediação tecnológica, representa também uma estratégia replicável e de baixo custo para municípios de pequeno porte que almejem investir em ações educativas e turísticas fundamentadas na valorização da memória e da identidade local.

O QR Code funciona, dessa forma, como uma interface simbólica de hospitalidade virtual, proporcionando um ponto de entrada acessível e contemporâneo à experiência patrimonial. Tal recurso possibilita a expansão das fronteiras da visita, alcançando públicos que, em razão de barreiras físicas ou contextuais, não poderiam acessar diretamente o espaço construído.

Figura 14 – QR Code Tour Virtual Igreja Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do site *QR Code Generator*, 2025.

Ao articular memória, tecnologia e mediação educativa, essa iniciativa exemplifica como a convergência entre patrimônio e inovação pode gerar formas sensíveis e democráticas de acesso ao passado. Como propõe Scifoni (2022), ao criar formas de escuta e circulação das narrativas locais, a mediação digital fortalece a apropriação simbólica dos bens culturais e contribui para a ressignificação dos territórios da memória.

4.3 RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS

4.3.1 A percepção dos agentes públicos do patrimônio em Perdões (MG)

Por meio de informações verbais coletadas com alguns agentes, cuja identidade será preservada para protegê-los, identificamos o agente 1, cuja trajetória é marcada por avanços significativos na preservação do patrimônio cultural local. Segundo este agente, um dos principais marcos de sua gestão foi a restauração de diversos bens tombados, como a Igreja Matriz, a Igreja do Rosário, o antigo prédio do Museu e a Escola Municipal Otaviano Alvarenga, sendo esta última submetida a obras de recuperação que se estenderam por aproximadamente três anos, evidenciando o compromisso com a preservação estrutural e simbólica desses bens.

O agente enfatiza que, embora o tombamento do conjunto urbano tenha ocorrido recentemente (em 2003), o município apresenta elevado grau de preservação, atribuído, em grande medida, à consciência dos proprietários dos imóveis e à atuação consistente do Conselho Municipal de Patrimônio. Para além das ações de

preservação física, a gestão buscou integrar a comunidade por meio de atividades educativas junto às escolas, promovendo a valorização dos bens culturais como componentes da identidade local.

No tocante ao turismo cultural, o agente demonstrou convicção quanto ao potencial de Perdões como vetor de desenvolvimento econômico e simbólico. Segundo ele, o município já apresenta resultados concretos decorrentes da realização de eventos culturais, como o Festival Nacional da Canção (FENAC), o Encontro de Bandas, festivais de teatro e intercâmbios culturais com outros estados, como o Rio Grande do Sul. Tais iniciativas fomentam o fluxo turístico, movimentam a economia local e reforçam o sentimento de pertencimento da população ao seu patrimônio. O agente também destacou a importância de políticas públicas que articulem cultura e economia criativa, considerando a cultura não como despesa, mas como investimento estratégico para o município.

Quanto ao uso de tecnologias digitais aplicadas ao patrimônio, o agente reconhece que, embora o tema tenha sido frequentemente debatido durante sua gestão, as iniciativas implementadas ficaram aquém do ideal. A única experiência concreta foi a inserção de imagens e informações históricas dos bens culturais no aplicativo “Conecta Perdões”, iniciativa que o próprio agente considerou limitada. Não obstante, manifestou grande interesse em ampliar o uso de tecnologias como QR Codes, audioguias e visitas virtuais, reconhecendo seu potencial educativo e interativo diante das demandas contemporâneas por acessibilidade e mediação digital.

A hospitalidade, tema transversal ao turismo e ao patrimônio, foi identificada como uma característica marcante da população local. O agente observou que o município possui uma cultura de acolhimento autêntica, reconhecida inclusive por visitantes de outros estados, como os participantes do Festival Nacional da Canção (FENAC). A criação da primeira pousada no centro histórico, segundo ele, foi um divisor de águas na estrutura de recepção da cidade, fortalecendo a vivência cultural e ampliando a permanência de turistas. Nesse contexto, a hospitalidade se revela não apenas como um traço identitário, mas como elemento estratégico na construção de experiências significativas para os visitantes.

A conversa também evidenciou uma perspectiva promissora para o futuro do patrimônio cultural em Perdões. O agente demonstrou otimismo quanto à consolidação do turismo cultural e digital como instrumentos de valorização e desenvolvimento. Destacou a importância do diagnóstico turístico realizado com o apoio do SEBRAE, que identificou o patrimônio como principal produto turístico do município. A partir desse reconhecimento, defendeu a necessidade de ações concretas que articulem o legado histórico às ferramentas tecnológicas emergentes, reforçando o compromisso com uma gestão patrimonial integrada, sustentável e voltada à participação social.

Ao refletir sobre sua trajetória, o agente 1 ressaltou que a experiência acumulada na área cultural foi fundamental para sua atuação atual. Destacou a importância da resiliência e da persistência diante dos desafios enfrentados, bem como o papel transformador da cultura na vida das pessoas. Tal perspectiva reforça a centralidade da educação patrimonial como instrumento de empoderamento comunitário e de ressignificação do patrimônio como bem coletivo, cuja preservação demanda engajamento contínuo e políticas públicas comprometidas com a memória, a identidade e o desenvolvimento local.

A conversa com o agente 2 evidencia uma atuação voltada ao fortalecimento do vínculo entre a população local e seu patrimônio cultural, com ênfase em ações educativas e estratégias de comunicação acessível. Sua abordagem reforça a importância de práticas culturais que resgatem o sentimento de pertencimento, a exemplo do apoio às manifestações tradicionais, como a Folia de Reis e a Congada, inseridas no cotidiano da cidade por meio de eventos e materiais educativos.

Ao ser questionado sobre os desafios enfrentados na gestão cultural em cidades de pequeno porte, o agente destaca a existência de distintos perfis de moradores: enquanto alguns já se identificam com os valores patrimoniais, outros necessitam de mediações mais educativas para compreender a importância desses bens. Como resposta, tem adotado iniciativas como a produção de calendários temáticos, copos com imagens dos bens tombados e outros materiais. Essas estratégias visam facilitar a difusão da memória e sensibilizar públicos menos familiarizados com a temática, configurando-se como instrumentos de educação patrimonial informal.

Nesse contexto, as tecnologias digitais aparecem como aliadas fundamentais. O agente defende o uso de QR Codes para suprir lacunas de mediação presencial, especialmente em locais sem monitoramento constante, como igrejas e edificações históricas. A proposta de relançar o aplicativo municipal, agora denominado "Mais Perdões", evidencia a tentativa de integrar conteúdos informativos e turísticos em uma única plataforma digital, ampliando o acesso à história e aos atrativos da cidade. Dessa forma, a tecnologia é compreendida como meio de democratização da informação e fortalecimento da identidade local, sobretudo em tempos de intensa conectividade.

No âmbito da educação patrimonial, o agente adota uma abordagem intersetorial. As ações são articuladas a eventos como o Carnaval, nos quais elementos do patrimônio cultural são incorporados ao imaginário popular por meio de souvenirs (como copos com imagens da Igreja Matriz), estimulando o reconhecimento coletivo dos símbolos culturais locais. Tal estratégia vincula a difusão patrimonial à experiência turística, contribuindo para sua ressignificação junto aos visitantes e aos próprios moradores.

No que se refere ao turismo cultural, o agente destaca o interesse em estruturar um circuito turístico centrado no centro histórico, atualmente em fase de planejamento. A consultoria contratada tem apoiado a formatação desse projeto, que deve integrar ações voltadas ao turismo de experiência. Iniciativas como visitas à zona rural, produção artesanal de queijos, cachaças e doces, e o desenvolvimento de festivais temáticos evidenciam a valorização dos saberes locais como forma de reforçar o turismo imaterial e o patrimônio gastronômico, incorporando ainda o conceito de "modos de fazer" como bem cultural.

Apesar dos avanços em termos de visibilidade do patrimônio, o agente reconhece a ausência de políticas estruturadas de acessibilidade física e comunicacional. Embora haja a intenção de instalar placas informativas e tornar os espaços mais inclusivos, tais ações ainda dependem da conclusão dos projetos técnicos a serem elaborados por consultoria especializada. Isso evidencia uma lacuna a ser enfrentada na promoção do direito universal ao patrimônio, especialmente considerando pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou baixo letramento digital.

Por fim, as perspectivas futuras para a cultura e o patrimônio em Perdões são vistas com otimismo. O agente destaca a atuação do atual gestor como fator facilitador na formulação de políticas voltadas ao setor, considerando sua sensibilidade prévia à pauta cultural. Demonstra clareza sobre o potencial de desenvolvimento local a partir da cultura e do turismo, apontando a necessidade de consolidar ações integradas, sustentáveis e inovadoras, capazes de promover o envolvimento comunitário, fortalecer a economia criativa e garantir a preservação dos bens culturais para as próximas gerações.

As conversas revelam não apenas o comprometimento dos agentes com a valorização do patrimônio cultural, mas também evidenciam a construção de uma política local de cultura ancorada em três vetores principais: educação patrimonial, hospitalidade e uso estratégico de tecnologias digitais. Nesse sentido, observa-se um alinhamento entre discurso e prática, ainda que com reconhecidas limitações de infraestrutura, o que demonstra a importância de estratégias de baixo custo e alto impacto simbólico, como os QR Codes e os tours virtuais.

As falas dos agentes também confirmam a hipótese central desta pesquisa: ao integrar tecnologias digitais à mediação patrimonial, é possível ampliar o acesso à informação, fomentar o sentimento de pertencimento e fortalecer o papel do patrimônio como eixo estruturador do turismo cultural e da identidade local. Identificam essas ferramentas como pontes entre a tradição e a inovação, entre o passado e o presente, demonstrando abertura para iniciativas de engajamento comunitário, mesmo diante de contextos de restrição orçamentária.

A hospitalidade, elemento transversal destacado por ambos os agentes, emerge como condição simbólica fundamental para que o patrimônio cultural seja não apenas visitado, mas experienciado de forma afetiva e significativa. Tal constatação reforça a necessidade de se pensar o turismo não como mera atividade econômica, mas como prática relacional e educativa, articulada à memória, à participação social e à justiça territorial.

Em síntese, os dados obtidos por meio das informações verbais corroboram a relevância da mediação digital como estratégia para a reinterpretação crítica dos bens culturais. Tal abordagem não substitui o contato sensível com os lugares, mas o enriquece, sobretudo em territórios como Perdões, onde a cultura se manifesta em múltiplas dimensões e o patrimônio é vivenciado como expressão cotidiana de identidade e resistência simbólica.

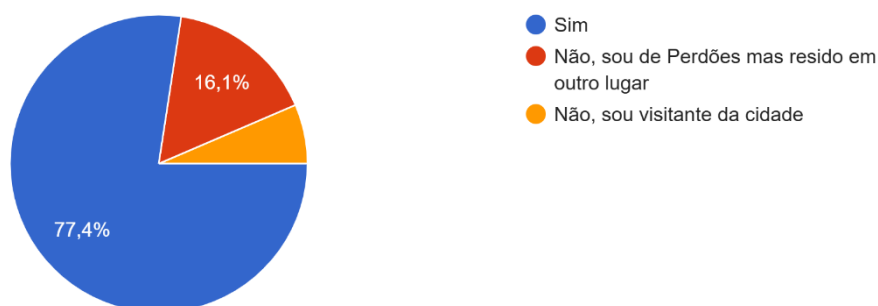
4.3.2 Questionário com perdoenses e turistas

Com o objetivo de avaliar a eficácia do uso do *QR Code* como recurso de mediação cultural na promoção do patrimônio local, foi aplicado um questionário aos perdoenses e visitantes da Igreja Nossa Senhora do Rosário, situada em Perdões (MG). A pesquisa contou com a participação predominantemente de moradores do município, com destaque para adultos entre 26 e 45 anos de idade — faixa etária representativa da população economicamente ativa e socialmente engajada. Ressalta-se que não houve identificação dos sujeitos pesquisados.

Gráfico 1 – Perfil dos participantes

Você mora em Perdões-MG?

31 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Google Formulários*, 2025.

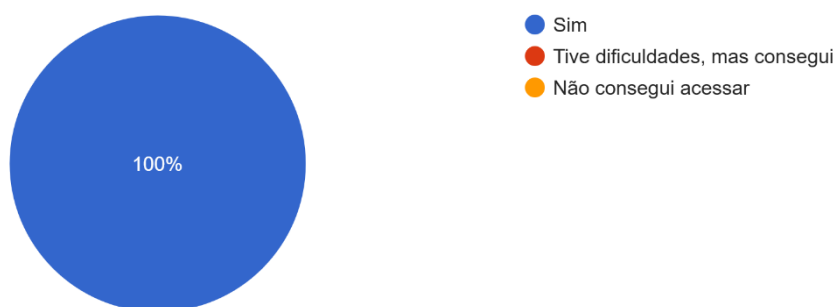
Os resultados evidenciam uma recepção positiva da tecnologia. A totalidade dos participantes relatou ter conseguido acessar normalmente o conteúdo digital disponibilizado via QR Code, o que indica eficiência na aplicação da ferramenta e sua adequação às competências tecnológicas dos usuários. No que diz respeito à clareza das informações veiculadas, a maioria dos respondentes classificou o material como

“claro” ou “muito claro”, sinalizando êxito na comunicação dos conteúdos históricos e culturais da edificação.

Gráfico 2 – Usabilidade da ferramenta

Você conseguiu acessar normalmente o conteúdo do QRCode?

31 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Google Formulários*, 2025

Tais resultados confirmam que a clareza na apresentação dos conteúdos e a interface amigável da ferramenta digital constituem condições fundamentais para o êxito da mediação tecnológica. A mediação digital no patrimônio não deve apenas transmitir informações, mas estabelecer pontes simbólicas entre o visitante e a memória coletiva. A percepção positiva dos participantes quanto à acessibilidade e ao entendimento dos conteúdos sugere que os *QR Codes*, quando bem implementados, podem desempenhar esse papel de ponte afetiva e cognitiva.

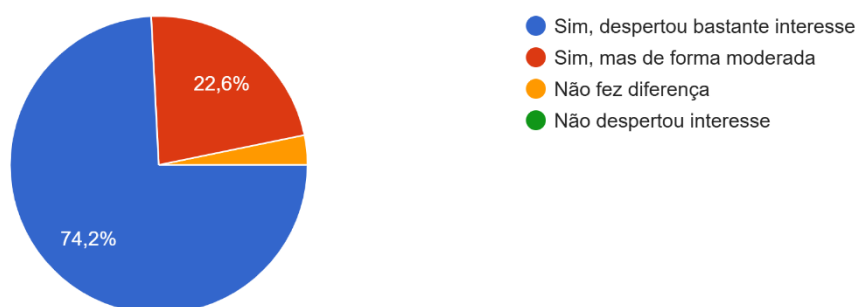
No que tange ao engajamento do público, os dados revelam que a experiência com o *QR Code* despertou curiosidade e interesse nos participantes, além de ter sido considerada relevante para o fortalecimento do vínculo com o patrimônio cultural local.

A percepção geral é de que a visita virtual contribui para ampliar a compreensão sobre o bem tombado, promovendo a valorização do patrimônio e estimulando a apropriação simbólica dos bens culturais como referência identitária da comunidade.

Gráfico 3 – Tecnologia digital como ponte para Educação Patrimonial

O uso do QRCode facilitou seu interesse ou curiosidade pelo patrimônio da cidade?

31 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Google Formulários*, 2025

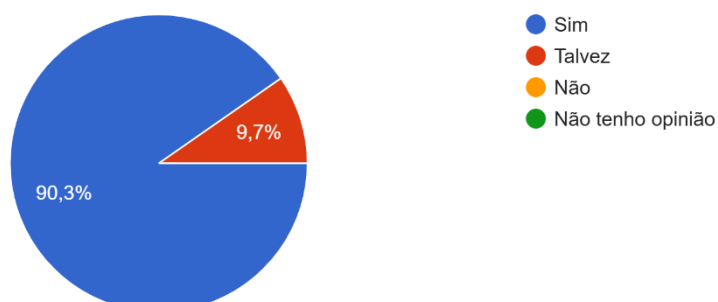
Outro aspecto relevante diz respeito à escalabilidade da iniciativa. A ampla maioria dos respondentes manifestou desejo de que outros bens culturais do município também sejam contemplados com a mesma tecnologia, indicando a viabilidade de expansão do projeto como política pública de valorização do patrimônio cultural em cidades de pequeno porte.

A educação patrimonial crítica deve ser sensível às experiências subjetivas dos indivíduos, estimulando sua agência na construção de sentidos. A resposta positiva ao uso do *QR Code* reforça que tecnologias digitais podem ser incorporadas à educação patrimonial sem reduzir sua complexidade simbólica, mas, ao contrário, amplificando-a por meio de novas formas de engajamento.

Gráfico 4 – Interesse e replicabilidade

Você gostaria que outros bens culturais da cidade também tivessem QR Codes com conteúdos similares?

31 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Google Formulários*, 2025

Tal demanda por replicabilidade evidencia que, mesmo em cidades com recursos escassos, há abertura social e institucional para inovações tecnológicas que democratizem o acesso à história e à cultura. Trata-se, portanto, de um campo fértil para o desenvolvimento de políticas públicas de mediação patrimonial territorializadas, pautadas pela escuta comunitária e pelo reconhecimento dos saberes locais.

As respostas abertas reforçam essa tendência ao destacarem atributos como “acessibilidade ao conhecimento”, “imersão na história local”, “importância para a educação de crianças e jovens” e “ferramenta de valorização da cultura”. Expressões como “visual e esclarecedora”, “ótima opção para moradores e visitantes” e “recurso educativo e turístico” surgem de forma recorrente, demonstrando que o uso do *QR Code* transcendeu o aspecto informacional, tornando-se um canal de mediação afetiva e simbólica entre o público e o patrimônio.

Estes dados corroboram a hipótese central da pesquisa, ao evidenciar que o uso de tecnologias digitais, como o *QR Code*, pode qualificar a experiência turística e educativa em contextos patrimoniais, sobretudo em cidades de pequeno porte. A análise indica que a mediação tecnológica possibilita novas formas de apropriação cultural, promovendo um turismo mais consciente e participativo, alinhado aos princípios da hospitalidade virtual e da educação patrimonial crítica.

A presente pesquisa evidenciou que o uso de tecnologias digitais, como os QR Codes, pode funcionar como estratégia eficaz para a valorização e preservação do patrimônio cultural em municípios de pequeno porte. A experiência realizada em Perdões demonstrou que, ao facilitar o acesso à informação e estimular o engajamento do visitante, a tecnologia pode desempenhar um papel educativo, turístico e simbólico.

Gráfico 5 – Tecnologia digital face a valorização do Patrimônio Cultural

Em sua opinião, a visita virtual contribui para a valorização do patrimônio cultural de Perdões?

31 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Google Formulários*, 2025

A principal contribuição do estudo reside na demonstração de que práticas acessíveis, de baixo custo e com elevado potencial de replicabilidade, quando aliadas aos princípios de educação patrimonial e hospitalidade, podem transformar a relação da comunidade com seus bens culturais. A tecnologia, quando utilizada de modo ético e contextualizado, não substitui os vínculos afetivos com o território, mas os reforça.

O estudo também evidenciou desafios, como a necessidade de ampliação da infraestrutura digital local, formação de mediadores culturais e implementação de políticas públicas que favoreçam a integração entre turismo, cultura e tecnologia. A proposta de inserção dos *QR Codes* no aplicativo municipal “Mais Perdões” abre possibilidades para o fortalecimento de um ecossistema digital de hospitalidade, capaz de colocar o patrimônio no centro da experiência turística e cidadã.

Sugere-se, como desdobramentos futuros, a expansão da metodologia para outros bens tombados do município, a criação de roteiros patrimoniais mediados digitalmente, e a formação de agentes locais para continuidade e manutenção dos conteúdos digitais.

Em termos teórico-práticos, os dados corroboram a hipótese desta dissertação: a mediação digital por meio de *QR Codes*, ao facilitar o acesso à informação e ampliar o repertório interpretativo dos sujeitos, atua como instrumento de hospitalidade virtual e de revalorização do território. Tal mediação não substitui a experiência presencial,

mas a complementa, tornando o patrimônio mais acessível, interativo e significativo. O desafio contemporâneo da preservação está menos em proteger objetos e mais em reencantar os sujeitos com suas histórias.

4.3.3 Convergência entre gestão pública e percepções populares sobre o patrimônio e o uso de tecnologias digitais

A análise integrada das conversas com os atores públicos e das respostas da população à experiência com o *QR Code* evidencia uma convergência significativa em torno da percepção do patrimônio cultural como dimensão identitária e elemento estruturante do território. Tal alinhamento reforça o papel da Igreja de Nossa Senhora do Rosário como “lugar de memória” (Nora, 1983), cuja centralidade simbólica permanece vigente na experiência dos moradores, dialogando com o “valor de contemporaneidade” proposto por Riegl (2019), segundo o qual um bem patrimonial mantém sua relevância ao continuar a interpelar o presente.

Do ponto de vista institucional, os atores públicos reconhecem o patrimônio como ativo estratégico, não apenas para a memória coletiva, mas também como vetor de desenvolvimento local por meio do turismo cultural e da economia criativa. Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Canclini (1997), para quem a cultura pode atuar como vetor de desenvolvimento integrado, articulando economia, identidade e cidadania. Observa-se um alinhamento entre as manifestações dos agentes e o discurso da população quanto à valorização da Igreja do Rosário como bem simbólico, reforçando seu papel como referência territorial, afetiva e identitária. Lynch (1960) aborda a legibilidade urbana, segundo a qual uma estrutura física clara e marcante desempenha também uma função social.

Uma estrutura física viva e integral, capaz de produzir uma imagem clara, desempenha também um papel social. Pode fornecer a matéria-prima para os símbolos e memórias colectivas da comunicação entre grupos. Uma paisagem impressionante foi a base sobre a qual muitas raças primitivas erigiram os seus mitos socialmente importantes. Lembranças comuns da cidade natal foram muitas vezes o primeiro e o mais fácil ponto de contacto entre soldados solitários durante a guerra. A imagem de um bom ambiente dá, a quem a possui, um sentido importante de segurança emocional. Pode estabelecer uma relação harmoniosa entre si e o mundo exterior. Isto é o inverso do medo que deriva da desorientação; significa que o doce sentido do lar é mais forte quando o lar é não só familiar mas também distintivo. (Lynch, 1960, p. 14-15).

A noção de topofilia explica o vínculo emocional entre sujeitos e lugares significativos. Para Tuan (1980, p. 4), “Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal”. Em Perdões, esse vínculo se materializa na valorização do patrimônio como elemento de reconhecimento coletivo e marcador espacial de pertencimento.

A recepção positiva da ferramenta *QR Code*, expressa pela totalidade dos respondentes do questionário, corrobora a hipótese central desta pesquisa ao evidenciar que tecnologias digitais, quando aplicadas de forma contextualizada e sensível, podem qualificar a experiência patrimonial. Aspectos como clareza das informações, relevância do conteúdo e estímulo à curiosidade foram apontados como atributos da ferramenta, qualidades que os gestores também destacam como metas das políticas culturais em desenvolvimento. Esse dado revela a aderência entre as estratégias de mediação concebidas pela administração pública e as expectativas dos usuários finais, elemento essencial para o fortalecimento de uma política pública participativa. As tecnologias digitais inauguram novas formas de participação e envolvimento, ampliando o repertório cultural dos usuários, como argumenta Jenkins (2009, p.51): “O público, que ganhou poder com as novas tecnologias, que está ocupando um espaço na intersecção entre os velhos e os novos meios de comunicação, está exigindo o direito de participar intimamente da cultura”. Simultaneamente, a interface atua como mediadora simbólica, facilitando o acesso à informação e estimulando a curiosidade, conforme Manovich (1995, p. 69-70):

À medida que a distribuição de todas as formas de cultura se torna baseada no computador, passamos cada vez mais a “interagir” com dados predominantemente culturais – textos, fotografias, filmes, músicas, ambientes virtuais. Em resumo, já não estamos mais interagindo com um computador, mas com a cultura codificada em forma digital. Usarei o termo interface cultural para descrever uma interface humano-computador-cultura: as formas pelas quais os computadores apresentam e nos permitem interagir com dados culturais.

Essa dinâmica aproxima-se do conceito de experiência patrimonial apresentado por Giaccardi (2012, p. 5), ao abrir caminhos mais participativos de interação com objetos e questões patrimoniais. “Em outras palavras, mídias sociais criam infraestruturas de comunicação e interação que atuam como espaços de produção cultural e de valores

duradouros, a serviço de uma nova geração de práticas patrimoniais vivas” (Giaccardi, 2012, p. 5), no qual os dispositivos não substituem o contato com o bem, mas enriquecem a interação por meio de interatividade, clareza e relevância na mediação.

Enquanto o agente 2 enfatiza iniciativas de difusão informal do patrimônio, como calendários e souvenirs, e o agente 1 aponta os eventos culturais como catalisadores de valorização simbólica, os participantes do questionário destacam o interesse em ampliar o uso do *QR Code* para outros bens culturais da cidade. Tal fato sinaliza uma abertura social concreta para políticas de patrimonialização mediadas por tecnologias digitais, sobretudo se baseadas em valores como acessibilidade, interatividade e pertencimento, aproximando-se das diretrizes da UNESCO (2014), que defendem a adoção de estratégias de acessibilidade comunicacional, inclusão e participação comunitária como pilares da gestão patrimonial contemporânea.

Contudo, as conversas também revelam fragilidades estruturais, como a ausência de políticas consolidadas de acessibilidade física e comunicacional, bem como a dependência de consultorias externas para a formulação de projetos mais robustos. Esses elementos contrastam com o anseio dos moradores por maior acesso ao conhecimento patrimonial, reforçando a necessidade de institucionalização de ações que articulem planejamento, participação e continuidade.

Nesse contexto, o estudo evidencia que a convergência entre patrimônio, hospitalidade e turismo emerge como potencial eixo estruturante para políticas públicas culturais em Perdões. A hospitalidade, compreendida como prática social e simbólica, conforme Silva (2014), não se limita ao acolhimento do visitante, manifestando-se também na forma como a comunidade cuida, interpreta e compartilha seu patrimônio. Seguindo Bourdieu (2002), as relações de acolhimento e partilha configuram um sistema de trocas simbólicas, no qual reconhecimento, reciprocidade e pertencimento são elementos centrais. Quando mediadas por tecnologias digitais, essas trocas se ampliam, configurando formas de hospitalidade virtual, nas quais o território acolhe o visitante (e o próprio morador) mediante narrativas acessíveis, claras e afetivas.

De modo geral, a análise dos dados aponta para uma sinergia entre gestão pública, comunidade e tecnologia digital. O uso do *QR Code*, ainda que pontual, revela-se como experiência bem-sucedida de mediação cultural, capaz de integrar os princípios da educação patrimonial crítica, da hospitalidade virtual e da valorização simbólica do território. Ao mesmo tempo, os resultados reforçam a urgência de políticas públicas estruturadas, participativas e replicáveis, que assegurem o direito à memória, ampliem o acesso aos bens culturais e consolidem o patrimônio como bem comum e ativo para o desenvolvimento sustentável das pequenas cidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo central investigar de que maneira o uso de tecnologias digitais, com ênfase nos *QR Codes* e nos tours virtuais, pode contribuir para a valorização, preservação e fruição do patrimônio cultural em cidades de pequeno porte, tomando como estudo de caso o município de Perdões (MG). Partiu-se do pressuposto de que a mediação digital, quando aliada a práticas de educação patrimonial e hospitalidade, pode qualificar a experiência cultural, ampliar o acesso à informação e fortalecer os vínculos entre comunidade, memória e território.

Para alcançar esse objetivo, foram adotadas metodologias qualitativas e quantitativas, incluindo conversas com agentes públicos locais, a implementação de uma visita virtual à Igreja de Nossa Senhora do Rosário por meio de *QR Code* e a aplicação de um questionário junto a moradores e visitantes da cidade. O percurso metodológico buscou articular teoria e prática, de modo a evidenciar os impactos concretos da mediação tecnológica sobre a percepção e apropriação dos bens culturais.

Os resultados obtidos revelaram uma adesão significativa da população à proposta digital. A totalidade dos respondentes acessou o conteúdo do *QR Code* com êxito, classificou as informações como claras e relevantes, e manifestou o desejo de que outros bens culturais da cidade também recebam a mesma abordagem. Paralelamente, as conversas com os gestores evidenciaram sensibilidade para com o patrimônio, reconhecimento do potencial turístico e educativo das tecnologias, bem como disposição em ampliar o uso desses recursos no município.

Dentre as principais contribuições desta pesquisa, destaca-se a comprovação de que tecnologias simples, acessíveis e de baixo custo podem ter impacto expressivo na valorização simbólica do patrimônio. A mediação digital mostrou-se eficaz como estratégia de educação patrimonial crítica, especialmente ao promover o pertencimento, a memória coletiva e o turismo cultural em um contexto marcado por recursos escassos e pela necessidade de ações inovadoras. Ademais, o trabalho fortalece o campo conceitual da hospitalidade virtual, apontando para a relevância de dispositivos interativos que acolham o visitante, promovam experiências significativas e democratizem o acesso à cultura.

Os resultados encontrados estão alinhados com a concepção de patrimônio como uma construção social, perspectiva apresentada por autores como Castriota (2009) e Prats (1998, p. 63). Ao indicar que desejam ver outros bens de Perdões integrados aos QR Codes, os participantes acionam aquilo que Assmann (2018, p. 19) descreve como o processo de transformação da memória experiencial em memória cultural. Para a autora, essa “memória viva” apenas se projeta para o futuro quando ancorada em suportes materiais e midiáticos que orientam políticas de recordação. Nesse sentido, os *QR Codes* operam como dispositivos que atualizam o passado pela experiência e auxiliam a estruturar socialmente aquilo que deve ser lembrado. Esses resultados dialogam com a compreensão de Scifoni (2022, p. 4), segundo a qual práticas de mediação, especialmente quando articuladas a processos educativos não formais, são capazes de mobilizar sujeitos na identificação, valorização e proteção de sua cultura. Tal dinâmica reconfigura a relação sujeito-território, ampliando vínculos de pertencimento e renovando modos de ver o patrimônio. Do mesmo modo, acompanhando a reflexão de Riegl (2019), observa-se que o patrimônio adquire sentido quando é capaz de dialogar com o presente. Essa perspectiva se evidencia na forma como os moradores passaram a se apropriar da Igreja do Rosário, reconhecendo nela não apenas um vestígio histórico, mas um bem significativo para a vida cotidiana.

A resposta positiva dos moradores confirma a educação patrimonial crítica discutida por Horta, Grunberg e Monteiro (1999) e Scifoni (2022). Os referidos autores defendem que os processos educativos devem transcender o caráter informativo e promover uma leitura ampliada do território, convocando os sujeitos a reconhecerem e reinterpretarem suas próprias referências culturais. O uso do QR Code na Igreja do Rosário operou justamente como esse disparador: o acesso à narrativa digital possibilitou que os respondentes construíssem novos significados sobre o bem e revissem sua própria relação com ele. Nesse sentido, a tecnologia funcionou como ferramenta pedagógica que insere o patrimônio na vida cotidiana.

A ideia de hospitalidade, compreendida como prática social de acolhimento e reciprocidade segundo Bourdieu (2002); Conceição e Panosso Netto (2022); Catani (1998), também se evidencia nos resultados desta pesquisa. A elevada aceitação do

conteúdo digital e o desejo de expansão da proposta revelam o anseio pela criação de dispositivos que acolham o visitante e democratizem o acesso ao saber. Assim, o *QR Code* atua como um anfitrião silencioso que organiza, apresenta e convida, ampliando o campo simbólico da recepção e reforçando vínculos entre moradores e seu patrimônio. Essa camada digital evidencia que o acolhimento pode ser também tecnológico, acessível e afetivo.

Todavia, a pesquisa enfrentou algumas limitações. A aplicação concentrou-se em um único bem tombado, o que restringe a abrangência da análise territorial. Além disso, aspectos como acessibilidade para pessoas com deficiência e estratégias de formação de mediadores culturais ainda demandam maior aprofundamento. Essas questões, contudo, abrem espaço para novos estudos e ações futuras.

Sugere-se, como desdobramentos, a ampliação da metodologia para outros bens patrimoniais de Perdões, a construção de roteiros culturais mediados digitalmente, o desenvolvimento de oficinas de formação em educação patrimonial com uso de TICs, e a consolidação de um ecossistema digital integrado à política cultural local, por meio do aplicativo “Mais Perdões”.

Em suma, esta pesquisa demonstrou que o patrimônio cultural, longe de ser um vestígio estático do passado, pode ser ativado por meio da tecnologia como elo entre memória, identidade e futuro. Ao articular tradição e inovação, comunidade e tecnologia, pertencimento e hospitalidade, este trabalho propõe uma abordagem sensível e sustentável da preservação patrimonial, fundamentada na valorização da cultura como direito e como potência de transformação social.

Por fim, é importante reconhecer os limites desta pesquisa, sobretudo no que se refere à aplicação concentrada em um único bem patrimonial, ao recorte territorial restrito e à necessidade de aprofundar questões como acessibilidade e formação de mediadores culturais. Tais limites, entretanto, não enfraquecem os resultados; ao contrário, sinalizam caminhos consistentes para investigações futuras.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. *In*: LAGES, Vinícios; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília, DF: Relume Dumare, 2004. p. 24-69.
- ALBANO, Celina; MURTA, Stela Maris. **Interpretar o patrimônio um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Território Brasília/Editora UFMG, 2002.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Trad. Paulo Soethe. Campinas: Unicamp, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. Campinas: Papirus, 2003.
- BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; FRATUCCI, A.C.; ASSAD, L.T. Turismo de base comunitária em foco. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, p. 6-8, ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1344>. Acesso em: 26 set. 2025.
- BASTIANI, Jamile de *et al.* Tecnologias digitais aplicadas ao patrimônio histórico e à educação patrimonial: uma revisão da literatura. **Revista Campo da História**, v. 8, n. 2, p. 609-625, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55906/rcdhv8n2-008>. Acesso em: 26 set. 2025.
- BASTOS, Sênia Regina. Cidade hospitaleira: a identidade e a memória como fatores determinantes na interpretação do patrimônio cultural. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CULTURA, CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004. Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/14636221177517605076325914641623335863.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: Senac, 2004.
- BERTOLOTO, José Serafim; DOURADO, Nleide Souza; MATOS, Maristene Amaral. A Educação Patrimonial como Instrumento para o Ensino-Aprendizagem no Bairro do Porto de Cuiabá/MT. **Rev. Ens. Educ. Cienc. Human.**, v. 20, n. 2, p. 150-155, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2019v20n2p150-155>. Acesso em: 26 set. 2025.
- BORDA, A.; BOWEN, J. Smart cities and cultural heritage: a review of developments and future opportunities. *In*: EVA LONDON 2017: ELECTRONIC VISUALISATION AND THE ARTS, 2017, Londres. **Anais...** Londres: BCS Learning & Development

Ltd., 2017. p. 9-18. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14236/ewic/EVA2017.2>. Acesso em: 26 set. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 maio 2023.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Educação patrimonial**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 22 maio 2023.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília – DF: Iphan, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventarios_participativos_manual.pdf. Acesso em: 26 set 2025.

BRUSADIN, Leandro Benedini. A educação e a interpretação do patrimônio cultural na atividade turística. **OLAM: Ciência & Tecnologia**, v. 12, n. 1-2, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/index>. Acesso em: 26 set. 2025.

BRUSADIN, Leandro Benedini. A dinâmica do patrimônio cultural no turismo dentre o processo híbrido de memória e identidade da cultura social. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 9, n. 3, p. 64-85, 2015. Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo. Acesso em: 26 set. 2025.

BRUSADIN, Leandro B. **História, turismo e patrimônio cultural: o poder simbólico do Museu da Inconfidência no imaginário social**. Curitiba: Prismas, 2015.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CARVALHO, Crisiane. **Perdões em versos, histórias & sabores**. Rio de Janeiro: Litteris, 2022.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Juliana Martins de; BARACHO, Renata Maria Abrantes. O patrimônio cultural nas cidades inteligentes. **Em Questão**, p. 298-236, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1808-5245263.298-236>. Acesso em: 26 set. 2025.

CATANI, Denice Bárbara; CATANI, Afrânio Mendes. **O capital social: notas provisórias**. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**. Belo horizonte: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CONCEIÇÃO, Renan Augusto. M.; PANOSSO NETTO, Alexandre. A importância da presença para a hospitalidade virtual. **Revista Hospitalidade**, v. 19, p. 111-132, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29147/revhosp.v19.1001>. Acesso em: 26 set. 2025.

DUTRA, Larissa Fernandes; PORTO, Renata Maria Abrantes Baracho. Alternativas inteligentes para a preservação do patrimônio cultural no contexto das smart cities. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/50786>. Acesso em: 26 set. 2025.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz; MORAES, Werter Valentim de; FRAGA, Brendow Oliveira. Turismo Criativo e Turismo de Base Comunitária: congruências e peculiaridades. **El periplo sustentable**, n. 31, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-90362016000200002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 26 set. 2025.

FERNANDES, Filipa. Turistificação e as dinâmicas da hospitalidade: o caso de Lisboa. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 17, n. 6, p. 1179-1189, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2019.17.08>. Acesso em: 12 jun. 2024.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: SESC, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (org.). **Turismo e patrimônio cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GABRIELLI, C. P.; SANTOS, G. N. dos. Turismo de base comunitária e patrimônio cultural imaterial no nordeste brasileiro. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, p. 141-154, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1168>. Acesso em: 26 set. 2025.

GALLOIS, Dominique T. O que é patrimônio cultural imaterial? In: GALLOIS, Dominique T (ed.). **Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas – exemplos no Amapá e norte do Pará**, São Paulo: Iepé.pp, 2006. p. 8-25. Disponível em: https://institutoiepe.org.br/wp-content/uploads/2020/07/livro_patrimonio_cultural_imaterial_e_povos_indigenas-baixa_resolucao.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

GIACCARDI, Elisa (org.). **Heritage and Social Media**: understanding heritage in a participatory culture. London: Routledge, 2012.

GOMES, Tales Wendeu Placedino et al. Proteção e pertencimento do patrimônio cultural de Perdões (MG): um estudo científico. *In*: MESTRES E CONSELHEIROS: O FUTURO DO PATRIMÔNIO, 13., 2022, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2022. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/mestreseconselheiros2022/498238-protecao-e-pertencimento-do-patrimonio-cultural-de-perdoes-\(mg\)--um-estudo-cientifico](https://www.even3.com.br/anais/mestreseconselheiros2022/498238-protecao-e-pertencimento-do-patrimonio-cultural-de-perdoes-(mg)--um-estudo-cientifico). Acesso em: 26 set. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**, ano IV, n. 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.

HORTA, Maria de Lourdes. L.; GRUNBERG, Evelina.; MONTEIRO, Adriana Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. 16ª Assembleia Geral. **Declaração de Quebec**: sobre a preservação do "Spiritu loci". Quebec, 04 out. 2008 Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

IEPHA - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Minas Gerais lidera a preservação do patrimônio cultural no Brasil**. 2025. Disponível em: <https://iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/959-minas-gerais-lidera-a-preservacao-do-patrimonio-cultural-no-brasil>. Acesso em: 05 ago. 2025.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009

KEPP, Michael. "Receber à brasileira". **Revista Host – Hospitalidade e Turismo Sustentável**, São Paulo, n. 1, set. /2004. Disponível em: http://www.revistahost.com.br/publisher/preview.php?edicao=0904&id_mat=86. Acesso em: 23 abr. 2007.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA, Marcelo Augusto Gurgel de; IRVING, Marta de Azevedo; OLIVEIRA, Elizabeth. Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, p. e-2094, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2094>. Acesso em: 26 set. 2025.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1960.

MANOVICH, Lev. **A linguagem dos novos meios de comunicação**: a imagem na era digital. Massachusetts; London: The MIT Press Cambridge, 1995.

MARCELINO, Grace Kelly; DE LIMA CAMARGO, Luiz Octávio. Hospitalidade presencial e virtual: revisão teórica. **Destarte**, v. 10, n. 1, p. 107-132, 2021. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/destarte>. Acesso em: 26 set. 2025.

MARQUES, Cleuza Carvalho. **Perdões e sua história**. [s.l.]: Studio Gráfica, 2004.

MARTINS, Clerton (org.). **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELO, Alessandro; CARDOZO, Poliana. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educação & Sociedade**, v. 36, p. 1059-1075, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015137387>. Acesso em: 26 set. 2025.

MENESES, U. T. B. de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YASIGI, E. (org.). **Turismo, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Meneses_UTB_13_1379830_OsUsosCulturaisDaCultura.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

MESQUITA, Giovanna A. S.; BRIDI, Guilherme; ALMEIDA, Giovana G. F. Hospitalidade virtual em destinos turísticos: um estudo em Natal-RN. **Revista Hospitalidade**, v. 18, n. 3, p. 72-90, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29147/revhosp.v18i03.977>. Acesso em: 26 set. 2025.

MOTTA, Fernanda Miranda de Vasconcellos. **Mediações culturais em museus, no contexto da economia criativa, com o uso de tecnologias digitais**. [s.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/36467>. Acesso em: 26 set. 2025.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**. A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, 1993.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. **A documentação como ferramenta de preservação da memória**. Brasília: IPHAN / Programa Monumenta, 2008. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec7_DocumentacaoComoFerramenta_m\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec7_DocumentacaoComoFerramenta_m(2).pdf). Acesso em: 26 set. 2025.

OLIVEIRA, Rafael Almeida de; PORTO, Renata Maria Abrantes Baracho; CANTONI, Lorenzo. Modelo conceitual de sustentabilidade cultural para patrimônios culturais da humanidade a partir da experiência da visita. **Revista Brasileira de Pesquisa**

em Turismo, v. 18, p. e-2948, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v17.2948>. Acesso em: 26 set. 2025.

PELEGRINI, Sandra. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. **História**, v. 27, n. 2, p. 145-173, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIMENTEL, Ana Bauberger; BARBOSA, Ruth Machado; SANSOLO, Davis Gruber; IRVING, Marta de Azevedo. Dádiva e hospitalidade. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 7, n. 3, 2008. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/206>. Acesso em: 26 set. 2025.

PINHEIRO, Anne Louise. **Interações entre experiência turística e museológica: análise do Museu da Loucura de Barbacena – MG, a partir de conteúdo gerado pelo usuário**. 2021. 158 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/73776>. Acesso em: 26 set. 2025.

PITTA, Tania. Espaços: le lieu fait lien. **Cinema e imaginário**, n. 12, dez. 2004. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/famecos/article/view/821/627>. Acesso em: 26 set. 2025.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Política y sociedad**, v. 27, p. 63-76, 1998. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7174790>. Acesso em: 26 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES. **Patrimônio histórico de Perdões – MG**. 2009. Disponível em: https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/11/ipatrimonio_Patrim%C3%B4nio-Perd%C3%B5es-MG-Fonte-Prefeitura-Municipal.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES. **História**. 2023. Disponível em: <https://www.perdoes.mg.gov.br/historia>. Acesso em: 22 maio 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Lisboa: Leya, 2019.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

SAMPAIO, Giovanna Martins; DOS PASSOS ASSIS, Bruno; DOS SANTOS, João Antonio Belmino. Integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (Tics) nas políticas públicas: promovendo a participação social na gestão do patrimônio cultural e respeitando os direitos humanos nas territorialidades. **Revista Orbis Latina**, v. 15, n. 1, p. 276-293, 2025. Disponível em: [10.5281/zenodo.14775348](https://doi.org/10.5281/zenodo.14775348). Acesso em: 26 set 2025.

SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo?. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e255310, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.255310>. Acesso em: 26 set. 2025.

SILVA, Amanda Soares. Sentimentos de pertencimento e identidade no ambiente escolar. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 8, n. 16, p. 130-141, 2018. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/535>. Acesso em: 26 set. 2025.

SILVA, William Cléber Domingues. **Hospitalidade**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London: E-Library: Taylor & Francis, 2006.

SPOLON, Ana Paula Garcia; ALLIS, Thiago. Arquitetura, turismo e hospitalidade nos espaços urbanos: o Cristo Redentor e a representação da bênção sobre a cidade do Rio de Janeiro. *In*: SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anptur, 2008. p. 1-13. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/5/154.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>. Acesso em: 26 set. 2025.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

URRY, John. **The tourist gaze**. 2. ed. London: Sage Publications, 2002.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ONLINE

(*) Resposta Obrigatória

SEÇÃO 1 – Conhecimento sobre o participante

1. Você mora em Perdões-MG? *

 - ☐ Sim
 - ☐ Não, sou de Perdões mas resido em outro lugar
 - ☐ Não, sou visitante da cidade

2. Qual sua faixa etária? *

 - ☐ Menos de 18 anos
 - ☐ 18 a 29 anos
 - ☐ 30 a 49 anos
 - ☐ 50 a 64 anos
 - ☐ 65 anos ou mais

SEÇÃO 2 – Experiência com o QRCode e Visita Virtual

1. Você conseguiu acessar normalmente o conteúdo do QRCode? *

 - ☐ Sim
 - ☐ Tive dificuldades, mas consegui
 - ☐ Não consegui acessar

2. O conteúdo apresentado foi: *

 - ☐ Muito claro e fácil de entender
 - ☐ Razoavelmente claro
 - ☐ Pouco claro
 - ☐ Confuso ou difícil de entender

3. O uso do QRCode facilitou seu interesse ou curiosidade pelo patrimônio da cidade? *

 - ☐ Sim, despertou bastante interesse
 - ☐ Sim, mas de forma moderada
 - ☐ Não fez diferença
 - ☐ Não despertou interesse

4. Em sua opinião, a visita virtual contribui para a valorização do patrimônio cultural de Perdões? *

 - ☐ Sim, muito
 - ☐ Um pouco
 - ☐ Não contribui
 - ☐ Não sei dizer

5. Você gostaria que outros bens culturais da cidade também tivessem QR Codes com conteúdos similares? *

- ☐ Sim
- ☐ Talvez
- ☐ Não
- ☐ Não tenho opinião

6. Deixe aqui sua opinião, sugestão ou crítica sobre a experiência com o QR *Code* e a visita virtual:

ANEXO A – TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM**TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM**

Eu, Amauri Donizetti Leite, brasileiro, autônomo, portador(a) do CPF nº [REDACTED], na qualidade de autor das imagens referentes ao tour virtual, cedo, a título gratuito e por prazo indeterminado, ao pesquisador Tales Wendeu Placedino Gomes, brasileiro, arquiteto e urbanista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (PACPS/EA - UFMG), CPF nº [REDACTED], o direito de uso das referidas imagens para fins exclusivamente acadêmicos. As imagens poderão ser utilizadas na dissertação intitulada **“O USO DA TECNOLOGIA DIGITAL PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PARA O FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA DE PERDÕES (MG)”**, bem como em eventuais apresentações, publicações e repositórios institucionais vinculados ao referido programa de pós-graduação, vedado o uso comercial ou qualquer forma de alteração que desvirtue o conteúdo original das imagens.

Declaro, ainda, ser o legítimo detentor dos direitos autorais sobre as obras cedidas e autorizo sua reprodução, sem exclusividade e sem ônus, mantendo-me titular dos direitos morais de autoria, conforme estabelece a Lei nº 9.610/1998.

Por fim, o cessionário compromete-se a mencionar o crédito autoral do cedente sempre que as imagens forem utilizadas, conforme as normas acadêmicas e éticas vigentes.

E, por estar de acordo, firmo o presente termo em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Perdões, 10 de junho de 2025.

Amauri Donizetti Leite
Autor(a) das imagens
CPF: [REDACTED]

Tales Wendeu Placedino Gomes
Cessionário – Mestrando PPG-
ACPS/UFMG
CPF: [REDACTED]